

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL EM OPERAÇÕES DE PAZ. ÊXITOS, PROBLEMAS E DESAFIOS*

CARLOS MARTINS BRANCO

EXÉRCITO PORTUGUÊS

Resumo: O artigo reflecte sobre a participação portuguesa em missões de paz, no quadro da actuação de diversas organizações internacionais. Uma vez encontrada uma solução política para o conflito, o *core business* da operação tende a movimentar-se para assuntos mais relacionados com a reconciliação, o *institution building* e a reconstrução nacional. Em vez de forças militares de interposição, as novas missões de paz passaram a envolver uma maior diversidade de actores e a dedicar-se a um leque muito mais alargado de tarefas. Interessa perceber como é que Portugal se adaptou a estas novas dinâmicas, desafio a que este artigo procura responder.

Palavras-chave: missões de paz, Portugal, Timor-Leste, Forças Armadas, Forças de Segurança, actores civis.

Pretende-se com o presente artigo reflectir sobre o que tem sido a participação portuguesa em missões de paz, no quadro da actuação de diversas organizações internacionais. As operações de paz em que a ONU se envolveu no pós-Guerra Fria eram essencialmente diferentes das que prevaleceram no período histórico precedente.

* Este artigo teve por base um projecto de investigação com o mesmo título em que participaram 15 investigadores, cujo resultado será publicado em livro (Carlos Branco, Carlos Pereira e Francisco Garcia (coords.) (2010), *A Participação de Portugal em Operações de Paz. Êxitos, Problemas e Desafios*). Desse projecto foram seleccionados alguns textos, os quais foram sintetizados e organizados segundo os critérios do autor, a saber: “A participação da Marinha em missões internacionais de paz”, de Mara Saramago; “O Exército português e as operações de paz”, de José Loureiro; “A Força Aérea nas missões de paz”, de Luís Durães e António Eugénio; “A Polícia de Segurança Pública e as operações de paz: Evolução da sua participação e perspectivas de futuro”, de Luís Elias; “A participação portuguesa em missões de paz: O contributo da Guarda Nacional Republicana”, de Marco Ferreira; “Entre o céu e o inferno: A importância dos observadores militares”, de Alexandre Carriço; “A participação das Organizações não Governamentais Portuguesas em missões de paz e na gestão de crises humanitárias e de emergência”, de Carla Marcelino Gomes; e “Elementos civis nas missões humanitárias e de paz: O papel dos órgãos e entidades civis nacionais”, de Maria Francisca Saraiva. A todos eles e elas, os meus agradecimentos. Sem os seus textos e o seu trabalho não teria sido possível efectuar esta compilação. Quaisquer erros ou omissões são da exclusiva responsabilidade do autor.

O designado *peacekeeping* tradicional da ONU deu lugar às operações de paz multidimensionais. A resolução de conflitos intra-Estados tornou-se predominante, em detrimento da resolução de conflitos entre Estados.

Se o sucesso de uma operação de *peacekeeping* tradicional se media pela obtenção de uma solução política, a qual só era possível se as forças militares de interposição não permitissem o recomeço das hostilidades, numa operação de consolidação da paz, o sucesso mede-se, acima de tudo, pelos resultados obtidos pela sua componente civil. Uma vez encontrada uma solução política para o conflito, o *core business* da operação tende a movimentar-se para assuntos mais relacionados com a reconciliação, o *institution building* e a reconstrução nacional.¹ Em vez de forças militares de interposição, as novas missões de paz passaram a envolver uma maior diversidade de actores e a dedicar-se a um leque muito mais alargado de tarefas. Tratava-se agora de outros tipos de operações de manutenção da paz. Para além da intervenção militar e/ou apoio humanitário típica das emergências complexas, estas novas missões passaram a tratar de assuntos relacionados com os Direitos Humanos, administração civil, eleições, refugiados, monitorização de fronteiras, entre outras.

Interessa-nos perceber como é que Portugal se adaptou a estas novas dinâmicas. A participação nacional já mobilizou mais de 30 mil portugueses e portuguesas em cerca de 30 Teatros de Operações, na sua esmagadora maioria militares, tendo-se tornado a participação nestas missões um instrumento determinante da política externa do Estado, o que permite a Portugal reforçar a sua voz e assumir novas responsabilidades no concerto das nações. Para além de uma incontornável componente monográfica, este texto procura, acima de tudo, reflectir sobre as diferentes capacidades nacionais e analisar as suas potencialidades e limitações. Para tal, examinaremos a participação nestas missões das Forças Armadas, das Forças de Segurança e dos diferentes actores civis da sociedade portuguesa. O caso de Timor-Leste (doravante apenas Timor) será objecto de um destaque particular.

A MARINHA

A Marinha portuguesa iniciou a participação em operações de paz no início da década de 90, no Iraque e no Adriático. No primeiro caso, no conflito que opôs as forças iraquianas a uma coligação internacional liderada pelos Estados Unidos para libertarem o Kuwait, e no segundo, no conflito na antiga Jugoslávia. Desde então, esta participação tem sido ininterrupta, respondendo a uma grande diversidade de missões. As tarefas dadas às forças navais em missões de paz são distintas daquelas que lhe estão tradicionalmente atribuídas.

¹ Cf. Branco, 2010.

Assim, “para além da presença naval e das outras tarefas genéricas das Marinhas em situações de crise, as operações de apoio à paz podem exigir especificamente: vigilância e fiscalização das áreas sujeitas a restrições; utilização de helicópteros orgânicos para movimentar forças, prestar ajuda humanitária e evacuação de doentes; empenhamento de forças de fuzileiros em operações em terra; capacidade anfíbia para extrair as forças de paz, trabalhadores ou civis ao serviço das organizações internacionais; assistência a refugiados; fornecimento de plataformas neutras para negociação; operações de limpeza de minas marítimas; e cooperação civil-militar (CIMIC)”.²

No caso português, essa participação passa, na maioria das vezes, pelo emprego de um ou vários navios. A utilização dos meios navais nacionais pode fazer-se a nível individual (nacional), ou através da afectação de meios a uma determinada Organização ou força naval internacional. O exemplo mais paradigmático deste último caso é a participação na STANAVFORLANT,³ e as diversas missões de vigilância e patrulhamento na região do Adriático. Após a participação de navios portugueses na missão FREE KUWAIT,⁴ entre Setembro de 1990 e Abril de 1991, a qual marcou o início da presença da Marinha em missões de paz, seguiram-se várias missões na região do Adriático no âmbito da UEO e da OTAN (Julho 1992 a Abril 1996).⁵

A Marinha participou igualmente com o navio *Bérrio* (reabastecedor) numa operação de apoio logístico ao contingente militar português na Bósnia-Herzegovina (doravante apenas Bósnia), entre Dezembro de 1995 e Maio de 1996. O 11 de Setembro de 2001 e a conseqüente “guerra ao terrorismo” fizeram voltar a Marinha novamente ao Mediterrâneo para uma nova participação “de peso” numa operação no âmbito da OTAN (Novembro de 2001 e Junho de 2008). Mais recentemente, a Marinha participou nas águas da Somália no combate à pirataria (Operação ATALANTA). Embora não se possa considerar esta operação uma operação de paz, referimo-la pela importância de que se revestiu a contribuição da Marinha.

Mas a participação da Marinha em missões de paz não se tem cingido apenas ao emprego de navios. Tem também envolvido forças de fuzileiros, o Destacamento de Acções Especiais (DAE) e destacamentos sanitários. Os fuzileiros estiveram presentes na Bósnia (SFOR, de Janeiro a Agosto de 2000). A Marinha tem também estado presente no Chade, na República Centro-Africana e na República Democrática do Congo (RDC), nas chamadas missões PESH da UE. Entre Julho e Dezembro de 2006, militares do DAE

² Cajarabille, 2002.

³ *Standing Naval Force Atlantic*, ou Força Naval Permanente da OTAN para o Atlântico, criada em Janeiro de 1968 e predecessora da actual *Standing NATO Response Force Maritime Group 1 (SNRMG1)*, criada a 1 de Janeiro de 2005.

⁴ Missão no âmbito da operação DESERT STORM.

⁵ Operações navais tuteladas pela UEO e OTAN com o objectivo de impor um embargo à antiga Jugoslávia.

participaram na EUFOR RDCONGO.⁶ A Marinha está presente no Afeganistão, no âmbito da ISAF, com oficiais que integram as OMLT.⁷ Há ainda a referir a participação de destacamentos sanitários em Angola (MONUA,⁸ de Junho de 1997 a Setembro de 1998), no Afeganistão (ISAF) e no Paquistão. Neste último caso, integrando uma missão de assistência humanitária na sequência do terramoto registado no dia 8 de Outubro de 2005.

Esta flexibilidade de actuação esteve patente durante a intervenção internacional em Timor. A Marinha participou com navios na INTERFET,⁹ a missão de imposição e estabilização da paz sob os auspícios da ONU, e com forças de fuzileiros integradas em batalhões do Exército, permanecendo no território após a independência do país. Apresentamos de uma forma compreensiva no Anexo A, o que foi a participação da Marinha em operações de paz.

No que respeita à preparação e ao aprontamento das suas unidades, a Marinha tem actuado de duas formas distintas. Navios, forças de fuzileiros e destacamentos sanitários requerem processos diferentes. Quando a Marinha participa com navios, não existe *a priori* nenhum tipo de preparação e aprontamento especial; pelo menos, mais nenhum do que aquele que todo o navio tem de ter para estar preparado para navegar. Por isso, quando são destacados para uma missão de paz, não se exige, em princípio, nenhum aprontamento especial.

Qualquer meio naval está sujeito a um sistema de avaliação, que se encontra ligado a um conjunto de treinos e exercícios que os certifica e dá como prontos para cumprirem as missões e tarefas que lhes estão atribuídas. Os navios que integram as forças da OTAN frequentam o *Operational Sea Training* (OST), o qual consiste num programa de treino, com avaliação e certificação do estado de prontidão, não só dos navios mas igualmente das guarnições, realizado no *Flag Officer Sea Training* (FOST), no Reino Unido. Apesar de este modelo de preparação e aprontamento não ser específico para as missões de apoio à paz, também os prepara para tal. Por outro lado, poder-se-ão ainda realizar exercícios ou treinos para integração e coordenação entre os diversos elementos de uma força constituída. Isto acontece, por exemplo, durante o trânsito para o Teatro de Operações (TO), quando os diversos elementos da força efectuem acções de treino e ensaios de preparação específica para as tarefas a realizar.

⁶ Operação Militar da UE destacada para apoio à acção da missão da ONU no Congo (MONUC), durante o período eleitoral.

⁷ *Operational Monitoring and Liaison Teams*.

⁸ Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

⁹ Numa altura em que o governo indonésio se mostrou incapaz de conter a violência no território, foi criada a *International Force in East Timor* (INTERFET) liderada pela Austrália, para restaurar a paz e segurança em Timor.

Ao contrário, quando uma força de fuzileiros é destacada para missões de paz, requer-se uma preparação específica que se poderá fazer em duas situações distintas: missões isoladas, normalmente de cariz nacional ou de interesse público, como as missões na Guiné-Bissau ou em Moçambique, onde a força é constituída a partir de unidades constituídas, requerendo apenas adestramento, coordenação e preparação específica para a missão. Estas missões ocorrem geralmente de forma inopinada, não permitindo um tempo de preparação longo. Requerem forças já com preparação prévia, realizando-se apenas algumas acções rápidas de coordenação e normalmente durante o trânsito para o TO.

No caso das missões de paz na Bósnia e em Timor (SFOR e UNTAET/UNMISSET, respectivamente), em que forças de fuzileiros foram integradas em unidades do Exército, estas realizaram previamente um treino específico no Ramo, que lhes permitiu integrar melhor os recompletamentos recentes, com exercícios direccionados para as tarefas-tipo a executar durante a missão, que concluem com a realização de um exercício de campo, após o que a força é considerada pronta para destacar para o Exército. Uma vez chegada a este Ramo, é sujeita a um programa de treinos que será de seguida explicado.

O EXÉRCITO

O Exército também iniciou a sua experiência em operações de paz no início da década de 90, desta feita em África, mais precisamente em Moçambique, tendo já mobilizado nesta empresa mais de 21 mil dos seus efectivos. Este envolvimento baseou-se, na esmagadora maioria dos casos, em Unidades de Escalão Batalhão (UEB) que integraram contingentes multinacionais, na maioria das vezes de constituição *ad hoc*, sendo sujeitas a alterações mais ou menos profundas que lhes permitam responder às exigências operacionais da missão. Estas forças incluem normalmente elementos de manobra, apoio de fogos, apoio de combate e apoio de serviços.

Os elementos de manobra consistem em unidades de Infantaria e Cavalaria. Os elementos de apoio de fogos garantem uma elevada capacidade de dissuasão e de demonstração de força. Os elementos de apoio de combate aparecem, para efeitos orgânicos, na dependência das unidades de apoio de serviços. São elementos de apoio de combate as unidades de Engenharia, Transmissões e Polícia do Exército.

A Engenharia tem intervenções em duas áreas distintas e complementares: em proveito da força e no apoio à ajuda humanitária. Em proveito da força, salienta-se a construção e melhoramento de infra-estruturas que garantam a sua protecção; no que respeita à ajuda humanitária, a Engenharia tem utilizado a sua capacidade sobranete para responder às mais diversas solicitações das autoridades locais, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações.

As Transmissões actuam em três áreas principais: o apoio à acção de comando e controlo, garantindo que todos os escalões de comando mantenham as comunicações com a respectiva cadeia de comando; a segurança das comunicações, de forma a evitar a sua interceptação, e/ou a partilha das redes da força por agentes não autorizados; e a garantia da interoperabilidade dos meios de comunicações assim como da capacidade de operação dos meios rádio em toda a área de operações. A Polícia do Exército, ainda que pontualmente, também tem dado o seu contributo para as missões de paz. É um tipo de força que se enquadra perfeitamente nesta tipologia de operações. Os elementos de Apoio de Serviços actuam nestas operações em duas frentes distintas e importantes: no apoio ao funcionamento do aquartelamento onde a força está estacionada, satisfazendo todas as suas necessidades logísticas; e fora do aquartelamento, no apoio à actividade operacional que se desenrola diariamente.

O CICLO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA

Após a decisão política de participar numa missão de paz com uma força do Exército, o Estado-Maior do Exército (EME) inicia o processo de geração da força que irá participar nessa operação. O *levantamento* da força surge como o primeiro passo nesta caminhada rumo ao TO. A montante do seu levantamento, o Exército tem em consideração: o mandato da força de paz, que lhe traça os objectivos político/estratégicos; as ROE que permitem efectuar uma primeira avaliação do grau de ameaça e do risco previsível a que a força vai estar sujeita; e a avaliação do TO tão detalhada quanto possível. Estes dados de planeamento vão ser decisivos para a opção a tomar, relativamente ao grau de protecção a que a Força vai estar sujeita. É então estruturada ao nível do EME a sua organização, através da elaboração de um Quadro Orgânico de Pessoal e outro de Material.

Segue-se o *aprontamento*, provavelmente a fase mais importante para o sucesso da missão. É nesta fase do ciclo de vida da força que se vão criar e desenvolver laços de camaradagem, espírito de corpo e proficiências profissionais indispensáveis ao cumprimento da missão. O aprontamento da força tem uma duração aproximada de seis meses. A fase seguinte, a *projecção*, consiste nas operações do transporte dos militares e dos materiais para o TO. Na projecção consideram-se dois planeamentos distintos: o do transporte dos militares e o do transporte dos materiais. O transporte dos militares é efectuado por via aérea e por escalões: oficiais de ligação com o escalão superior, militares que vão preparar as infra-estruturas e o apoio logístico inicial, militares para receber o material nos portos de desembarque, e o grosso da força, por esta ordem. O transporte dos materiais, quer sejam equipamentos contentorizados quer sejam viaturas, segue pela via cuja relação custo/eficácia vá ao encontro das necessidades e

possibilidades. O transporte dos materiais efectua-se normalmente por via marítima. A projecção da força termina com a chegada à área de operações.

Segue-se o *cumprimento da missão/sustentação da força*. Por fim, a *retracção* que consiste na condução de um conjunto de tarefas com vista ao seu regresso ao território nacional. Cada célula do Estado-Maior e cada subunidade faz a passagem dos conhecimentos, materiais e demais informação considerada necessária para a força que a vai render, de modo a que tudo decorra sem sobressaltos. Esta fase exige uma calendarização rigorosa por parte dos dois comandantes (o que sai e o que entra), de modo a que as sobreposições tenham a duração suficiente, o efectivo das forças não seja excessivo e não provoque eventuais problemas às estruturas de apoio. Se a força a retrair for a última presença num determinado TO, terá a tarefa adicional de contentorizar os equipamentos que regressam ao território nacional, e de negociar a venda e/ou doação de alguns materiais.

A experiência da participação nestas missões permitiu-nos, entre outras, duas conclusões particularmente importantes: em primeiro lugar, a conveniência de se mobilizarem unidades já constituídas. Este facto é relevante quando falamos em espírito de corpo, camaradagem, espírito de unidade, entre outras motivações, que são mais consistentes entre militares que já se conhecem; em segundo, a UEB é a que oferece melhores garantias de representar o país em missões desta natureza, correspondendo ao nível de ambição que melhor se adequa às capacidades nacionais.

O EMPENHAMENTO OPERACIONAL

O Exército projectou a sua primeira FND em 1993, para Moçambique. Desde então, tem participado em todas as missões de paz em que Portugal tem sido chamado a colaborar. Em Moçambique participou na ONUMOZ¹⁰ com um batalhão transmissões, com militares no quartel-general da missão e em diversas comissões de acompanhamento. Em Angola, na UNAVEM III, o Exército colaborou com observadores militares, elementos para o quartel-general da missão, uma companhia de transmissões e uma companhia logística. Na MONUA, a missão sucessora da UNAVEM III, participou com elementos no quartel-general, um destacamento sanitário, uma companhia de transmissões, uma companhia logística, observadores militares e polícias militares.

Na Bósnia, o Exército esteve envolvido praticamente desde o início do conflito. Antes do Acordo de Dayton, no âmbito da ONU e da então Comunidade Europeia, e, posteriormente, no âmbito da OTAN e da UE, por esta ordem. No Kosovo, o Exército tem vindo a participar com uma UEB, colaboração interrompida apenas durante um curto período de tempo. O Exército teve também unidades em Timor no âmbito da missão da

¹⁰ Operação da ONU em Moçambique.

ONU naquele território e da cooperação bilateral. No Afeganistão, as unidades do Exército estiveram presentes em dois formatos: uma companhia de reacção rápida (alternando Comandos e Pára-quedistas) e duas equipas de ligação e monitorização operacional, mais conhecidas pelo acrónimo americano de OMLTs. No Líbano, Portugal participa com uma força de Engenharia militar na missão de paz da ONU (UNIFIL), desde 2006.

O Exército envolveu-se ainda em operações de paz noutros formatos, que não o da FND, os quais estiveram normalmente relacionados com participações individuais não integradas em contingentes nacionais. Referimo-nos, por exemplo, à observação militar e ao apoio à formação e instrução. Neste último capítulo salientamos a cooperação técnico-militar nos PALOPs e o destacamento de militares para a missão da OTAN no Iraque (NTM-I). O Exército mobilizou ainda elementos para integrarem as Forças de Recolha que apoiaram a extracção de cidadãos nacionais no Zaire e, mais tarde, na RDC e na Guiné-Bissau. Foi transversal às diferentes operações o papel discreto e eficiente assumido pelos militares de Operações Especiais.

Outras participações enriqueceram o historial do Exército nos caminhos da paz: nas forças internacionais que na Albânia geriram o fluxo de refugiados provocado pela crise humanitária no Kosovo; na Força Provisória de Assistência da União Europeia, na Operação ARTEMIS, com vista à estabilização das condições de segurança na RDC, em estreita cooperação com a MONUC; e na FYROM, primeiro integrando forças da OTAN e após Março de 2003 uma força da UE (operação CONCORDIA) comandada, a partir de 7 de Outubro de 2002 e até ao seu término, por um general português. Para uma visão mais detalhada do que tem sido a participação do Exército em operações de paz, consultar o Anexo B, onde se efectua uma descrição compreensiva dessa participação.

A FORÇA AÉREA

A Força Aérea (FAP) envolveu quase todos os seus meios operacionais nas missões de paz em que Portugal se envolveu. Os meios aéreos de transporte têm sido os mais utilizados, representando cerca de 74,7% dos eventos. Devido à sua versatilidade, o C-130 tem sido o meio mais usado. Os meios aéreos com sistemas de armas representam 13,78% dos meios utilizados, e apenas 2,29% os de combate aéreo. Os meios aéreos têm sido empregues em vários formatos: operações independentes, sob comando português; operações conjuntas e combinadas, sob controlo operacional estrangeiro, decorrentes de compromissos do Estado português; integração de militares da FAP em tripulações estrangeiras e multinacionais; e participação de militares da FAP em missões de apoio às operações aéreas. No âmbito das missões de paz, a FAP tem desempenhado as seguintes funções: apoio humanitário de natureza diversa, resgate de

cidadãos nacionais inserido ou não em missões humanitárias, apoio logístico às FND e às operações de combate, tanto no âmbito da OTAN como da UE.

A esmagadora maioria das missões da FAP foram de apoio humanitário. Em 1987, no apoio ao combate a uma praga de gafanhotos, em Marrocos; em 1990, no Golfo Pérsico, na sequência do êxodo de refugiados do Iraque, transportando material e uma equipa médica, respondendo a uma solicitação da AMI. Ainda no âmbito da Guerra do Golfo, a FAP teve várias outras intervenções. Em 1991, um C-130 voltou à zona do Médio Oriente, desta vez para apoiar os refugiados curdos do Norte do Iraque, integrado na Operação PROVIDE COMFORT. Em 1991, a FAP participa com um C-130 numa missão de ajuda humanitária a Moçambique.

Em 1992, a FAP participa na Operação PROVIDE HOPE que tinha por objectivo proporcionar ajuda humanitária às populações necessitadas da antiga União Soviética. No dia 7 de Fevereiro de 1992, uma aeronave da FAP aterra pela primeira vez em território russo, algo absolutamente impensável três anos antes. Mais tarde, nesse mesmo ano, tiveram lugar duas novas missões de ajuda humanitária em Moçambique. Em 1994, a FAP desloca-se à Guiné-Bissau, tendo em vista fornecer apoio ao processo eleitoral, transportando a comissão eleitoral que acompanhará as primeiras eleições livres do país. No dia 2 de Abril de 1995, a FAP participa em mais uma missão humanitária na sequência da erupção do vulcão da Ilha do Fogo, em Cabo Verde.

Em 1999, A FAP participa no esforço de assistência internacional a vítimas do sismo em Izmir, na Turquia; em 2000, no âmbito da Operação SAVE, um C-130 permanece em Moçambique, para prestar auxílio às vítimas das cheias que provocaram danos incalculáveis e muitos deslocados. Em 2003, a FAP participa no esforço internacional para ajudar o Irão a fazer face à calamidade causada por um tremor de terra na região de Bam. Em 2004, um C-130 transportou ajuda humanitária, elementos do SNBPC, uma equipa cinotécnica da GNR e uma equipa do INEM para acudir à população da região portuária de Al Hoceima, em Marrocos, vítima de um sismo. Em Fevereiro de 2006, um C-130 português transportou bens humanitários, a pedido do ACNUR, para a Argélia, na sequência das inundações que assolaram o território. No Verão de 2006, a FAP transportou alimentos a pedido do Programa Alimentar Mundial, no seguimento da incursão militar israelita contra as forças do Hezbollah, no Líbano.

A FAP também desempenhou um papel crucial na evacuação de cidadãos nacionais. Em 1991, na RDC, o C-130 desempenhou uma missão de ajuda humanitária, integrado na Operação BLUE BEAM, de comando belga e na Operação BAUMIER, de comando francês. A operação visava resgatar os cidadãos nacionais e outros cidadãos europeus e africanos ameaçados pela situação interna no Zaire, na sequência da revolta de militares do exército zairense. Em 1992, um C-130 participa na evacuação de cidadãos nacionais

do Mali, onde se verificavam confrontos (6 a 7 de Abril 1992). Nesse mesmo ano, participa na evacuação de refugiados angolanos e no resgate de cidadãos nacionais, resultado do recomeço das hostilidades entre o MPLA e a UNITA. O ano de 1993 é particularmente intenso no que respeita à evacuação de refugiados. No princípio do ano, a FAP é chamada novamente a evacuar cidadãos nacionais e de outras nacionalidades, a partir de Brazzaville. A FAP participa ainda numa outra operação de ajuda humanitária, desta feita tendo por objectivo Benguela, evacuando pessoas do Huambo, na sequência da ocupação desta cidade por forças da UNITA. Com o alastrar da guerra civil a outros locais, tornou-se necessário evacuar deslocados, desta feita do Kuito-Bié.

Em 1998, mais precisamente entre 6 e 28 de Abril, surge novamente a necessidade de evacuar cidadãos nacionais e outros deslocados, a partir do Zaire, em virtude das convulsões políticas e militares naquele país. Na sequência da eclosão de uma guerra civil na Guiné-Bissau (de Junho 1998 a Maio 1999), é formada uma força conjunta nacional para evacuar cidadãos nacionais e de outras nacionalidades. Uma aeronave P-3P participa na operação com a missão de apoiar a componente naval e cooperar na missão de controlo do mar. Em 2000, a FAP deslocou para Darwin (Austrália) um C-130 para prestar apoio aos militares portugueses da UNTAET e à população timorense, efectuando voos regulares entre Darwin e Díli. No quadro da UNTAET, é formada a PORAVN¹¹ com a responsabilidade do transporte VIP, transporte tático, evacuação médica, evacuação aérea em zona de combate, transporte geral, busca e salvamento e observação de fogos.¹²

Em 1992, na Bósnia, a FAP actuou pela primeira vez num cenário tático europeu, inserida numa força da OTAN, com um P-3P efectuando missões de patrulhamento marítimo. Esteve envolvida em praticamente todas as operações que se desenrolaram naquele TO. Participou igualmente na operação *SHARP FENCE* da UEO, com a mesma missão. Ainda no Adriático, entre Dezembro de 1995 e Dezembro de 1996, o P-3P participa na Operação DECISIVE ENHANCEMENT. Para além do P-3P, a participação da FAP neste TO envolveu outros meios: durante os anos de 1992 e 1993, um C-130 cumpriu missões de apoio à população civil; oficiais integraram a missão de UNMOs, no quadro UNPROFOR; e em 1996, uma unidade de controlo aerotático (TACP)¹³ operou em apoio da IFOR.

Em 1 de Dezembro de 1997, a FAP participou pela primeira vez na Europa numa operação de combate (DELIBERATE GUARD), a qual tinha por objectivo estabelecer uma zona de exclusão no espaço aéreo da Bósnia, operação esta levada a efeito sob

¹¹ “Portuguese Aviation”, na designação internacional adoptada para o destacamento de helicópteros Alouette III, conhecido na FAP por “PODESTHELIS”.

¹² Para o efeito, foram transportados de Portugal para Timor quatro helicópteros Alouette III.

¹³ Tactical Air Control Party.

mandato da ONU. As aeronaves nacionais (F 16A) tinham também atribuída a missão de apoio aéreo próximo. Ainda nos Balcãs, em 1997, na Albânia, a FAP participa na Operação ALBA com um C-130. Esta operação tinha por objectivo prestar auxílio à população vítima da instabilidade político-social vivida naquele país. Entre 13 de Outubro de 1998 e 28 de Junho de 1999, no âmbito da Operação ALLIED FORCE tem lugar o segundo destacamento de F-16 desta vez para participar, entre outras missões, em acções de patrulhamento aéreo inseridas na operação militar da OTAN, no Kosovo. Com o apoio ao destacamento de F-16, durante a Operação ALLIED FORCE e às forças nacionais destacadas na Bósnia e no Kosovo, o C-130 inicia mais um longo período de deslocações aos Balcãs. Em 2004, a FAP participa novamente com um P-3P na operação ACTIVE ENDEAVOUR, no Mediterrâneo.

A FAP participou igualmente na ISAF, a missão da OTAN no Afeganistão. Cooperou inicialmente com um C-130 na Operação FINGAL liderada pelos ingleses (7 de Abril a Julho de 2002), transportando carga geral, combustível e passageiros militares de países aliados. Em Maio de 2004, 11 especialistas da FAP na operação de aeronaves em aeródromos, controladores, bombeiros e meteorologistas prestam serviço na ISAF; desde Julho de 2004 a Julho de 2005, um C-130 efectua um destacamento no aeroporto de Cabul. O ano de 2005 é um ano especial para a FAP. De 1 de Agosto a 30 de Novembro, uma equipa de militares da FAP assume o comando do KAIA (*Kabul International Airport*). Em Julho deste mesmo ano, uma equipa TACP é destacada para a ISAF. O Estado português decidiu manter o esforço de participação nacional, entre Agosto e Dezembro de 2008, através de um C-130.

Para além do que já foi referido, cabe ainda destacar a participação da FAP em missões da UE. Em 1994, um C-130 integra a Operação TURQUOISE. Um C-130 apoiou o contingente português da Operação ALTHEA, que substitui a SFOR na verificação do cumprimento dos acordos de Dayton; em 2006, Portugal destacou um C-130 e uma equipa de 25 fuzileiros do DAE para uma operação militar da UE, em apoio da MONUC, durante o processo eleitoral na RDC. Em 2007, no âmbito das operações para a detecção de imigração ilegal, dirigidas pela Agência Europeia Frontex, um P-3P operou a partir de Malta, cumprindo missões na 2.^a fase da Operação NAUTILUS 2007. Em 2008, a FAP actuou no Chade, com a principal missão de apoiar logisticamente a operação militar da UE, através do transporte intra-teatro de pessoal e equipamento. O C-130 português foi o primeiro, e durante algum tempo, o único meio aéreo atribuído à EUFOR.

A FAP desempenhou ainda um papel crucial no apoio às forças nacionais destacadas em missões de paz. Para além daquelas já referidas, salienta-se o apoio logístico prestado às unidades do Exército da IFOR e, posteriormente, da SFOR, materializado através de um voo semanal para a região dos Balcãs; e os voos do C-130 realizados de

Março a Novembro de 2004 para Talil, em apoio logístico ao subagrupamento Alfa em missão no Iraque. Para uma noção mais detalhada do que foi a participação da FAP em missões de paz, consulte o Anexo C.

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O papel das forças de segurança em missões de paz tem vindo a aumentar progressivamente de importância desde o início da década de 90, do século passado, consequência das novas exigências colocadas por aquelas missões no período que se seguiu à Guerra Fria, conforme atrás salientado. Do ponto de vista operacional, a Polícia Civil (CIVPOL) é uma componente autónoma das missões de paz, sob o comando do *Police Commissioner*, que depende directamente do Representante Especial do Secretário-Geral, complementando a sua actividade conjuntamente com outras componentes: militar, humanitária, eleitoral e administrativa.

A componente de CIVPOL de uma missão de paz assume diferentes formatos e configurações, de acordo com o mandato e as características da missão para a qual é criada; tem vindo a ser estruturada de acordo com dois conceitos tipo: missões de natureza executiva e não executiva. Se as missões iniciais da CIVPOL assumiam um mero papel de observação das forças policiais locais, actualmente exercem tarefas de supervisão, aconselhamento e treino, podendo mesmo actuar em sua substituição (missões em que a componente policial tem funções executivas). As missões não executivas (de aconselhamento, de monitorização e/ou de formação) são desempenhadas por polícias desarmados, provenientes dos mais variados países. Nas missões não executivas, os elementos da CIVPOL não têm quaisquer responsabilidades no cumprimento – coercivo ou não – da lei interna do Estado onde decorre a operação, ou impor a ordem e a segurança pública.

De facto, o número de tarefas que têm sido atribuídas à Polícia em operações de paz, no âmbito da ONU ou de outras organizações internacionais – OSCE, UEO e mais recentemente a UE –, não tem parado de aumentar: supervisionar as polícias locais, garantindo que as mesmas actuam de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos e que, na sua acção, não violam os Direitos Humanos; apoiar todas as acções/operações de apoio humanitário nas áreas que trabalham agências e organizações de carácter humanitário; supervisionar a implementação de acordos de paz ou de outros acordos estabelecidos entre as partes em conflito, ou entre estas e as organizações internacionais; restaurar a confiança das populações e garantir um ambiente seguro, tendo em vista a resolução das causas dos conflitos e a reconstrução de sociedades desarticuladas pela guerra; promover e proteger os Direitos Humanos; formar as polícias locais, não apenas através do acompanhamento diário e

aconselhamento no terreno, mas também através de acções de formação específica, recrutamento e selecção de candidatos; reestruturação ou construção de academias de polícia local.

Para além das tarefas já referidas, a Polícia pode ainda executar uma longa lista de tarefas adicionais: assessorar as autoridades responsáveis pela segurança interna e comandos policiais, quer no aspecto operacional e logístico, quer nos aspectos legais de organização das forças e serviços de segurança; formação de unidades ou serviços especiais; utilizar unidades constituídas de polícia com funções executivas; utilizar unidades especializadas em investigação criminal (crimes contra a humanidade e outras violações dos Direitos humanos), em segurança pessoal, em inactivação de engenhos explosivos, em polícia ambiental, em polícia de fronteiras e em ciências forenses, bem como na formação/constituição de capacidades locais nos mesmos âmbitos; controlar armas na posse de populações civis; apoiar a segurança e supervisão de movimentos de deslocados internos e de refugiados; participar na segurança e supervisão de processos eleitorais ou de referendos; monitorizar potenciais violações de Direitos Humanos ou dos acordos estabelecidos e investigação de crimes graves; proteger grupos vulneráveis; aconselhar e monitorizar processos de desarmamento, desmobilização e reintegração de antigos combatentes. Estes vectores de intervenção da componente de Polícia ocupam um lugar central na construção e/ou reestruturação de instituições democráticas, e na reforma dos sectores de segurança e defesa nos Estados fracos, ou nos Estados fragilizados por conflitos internos ou externos.

Os polícias que participam em missões de paz são sujeitos a uma rigorosa formação. O mecanismo de selecção e o programa de formação respeita os elevados padrões sancionados pela ONU, tendo sido desenvolvido com a colaboração dos primeiros elementos da Polícia de Segurança Pública (PSP) que participaram nestas missões. Aquele programa de formação é ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna e em unidades especiais; é reconhecido pela ONU, podendo ser visto como um modelo *inter alia* a nível mundial.¹⁴

A PSP participa em missões de paz desde Março de 1992, altura em que o Governo português decidiu integrar a componente de CIVPOL da missão da ONU, na antiga Jugoslávia (UNPROFOR). Envolveram-se em missões de paz, desde 1992 até Janeiro de 2009, 849 elementos da PSP: 105 Oficiais, 430 Chefes e 314 Agentes. É anseio da PSP participar em operações de paz numa vertente mais qualitativa do que quantitativa, através da nomeação de oficiais de Polícia para funções de gestão e planeamento, para *key positions* e posições de *staff* na componente policial da ONU, bem como da nomeação de Oficiais, Chefes e Agentes para o desempenho de funções técnico-policiais

¹⁴ Lopes, 2005.

que abrangem um largo espectro da missão policial.¹⁵ Constitui igualmente objectivo da Instituição a preparação de uma Unidade Constituída de Polícia para participar em missões de paz prioritariamente no quadro da ONU e da UE. No Anexo D apresentamos detalhadamente o que foi a participação da PSP em operações de paz.

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Guarda Nacional Republicana (GNR) iniciou em 1995 a participação em operações de paz, quando um oficial seu desempenhou funções no posto de comando de Calafate, na Roménia, durante a supervisão do embargo da ONU à antiga Jugoslávia. Desde então e até aos dias de hoje, os militares da Guarda já participaram em missões de paz em quatro continentes (Europa, África, Ásia e América) sob o auspício de várias organizações internacionais (UEO, ONU e UE). A participação da GNR em operações de paz segue uma lógica semelhante à da PSP, a qual se insere primordialmente na pós-violência, tendo adoptado dois formatos: monitores de polícia civil e unidades constituídas. Analisemos, então, em que consistem estes dois formatos e o que tem sido a sua participação.

OS MONITORES DE POLÍCIA CIVIL DA GNR

Os monitores de Polícia Civil da GNR desempenham missões idênticas àquelas já referidas para os monitores oriundos da PSP, tendo os militares da GNR participado nos últimos 14 anos em 14 missões de observação de Polícia Civil, empenhando um efectivo total de 161 militares, entre oficiais e sargentos. Em Angola, a GNR participou em duas missões da ONU (UNAVEM III e MONUA), tendo ambas por objectivo evitar a ocorrência de conflitos entre as partes litigantes, através da fiscalização do cumprimento das normas impostas pelo Protocolo de Lusaka.

Em Timor, 11 militares da GNR integraram a estrutura da CIVPOL da UNMISSET, como monitores de Polícia Civil. A Guarda continuou envolvida na UNOTIL, missão que em 20 de Maio de 2005 sucedeu à UNMISSET, mas desta feita no âmbito do *Training Adviser on Security and Rule of Law*, do Governo de Díli. Em 2004, a GNR participou na missão da ONU na Costa do Marfim (UNOCI) e no Haiti (MINUSTAH). A estes TOs junta-se em 2002 o da FYROM, onde a GNR participa inicialmente numa missão sob os auspícios da OSCE (*Spillover Monitor Mission to Skopje*), e cerca de dois anos mais tarde (Fevereiro 2005) na operação EUPOL - PROXIMA, sob os auspícios da UE. Na RDC, a GNR participa em duas missões sob os auspícios de duas organizações distintas:

¹⁵ Nestas incluem-se, entre outras, ordem pública, operações especiais, segurança pessoal, investigação criminal, informações policiais, inactivação de engenhos explosivos, segurança em subsolo, apoio à vítima, policiamento de proximidade.

inicialmente no quadro da ONU, em que a componente de CIVPOL da MONUC tinha a seu cargo a reestruturação e melhoramento da capacidade operacional da Polícia Nacional do Congo (PLC); e dois anos mais tarde, ao abrigo de uma missão levada a cabo pela UE (EUPOL - KINSHASA).

A Guarda participou ainda na missão da UE na faixa de Gaza (EUBAM – RAFAH), a qual tinha por principal atribuição assumir o papel de terceira parte no terminal fronteiriço que estabelece a ligação entre a Faixa de Gaza e o Egipto, na região de Rafah. Ainda na Palestina, em 2007, a GNR integra o EUCOPPS,¹⁶ uma missão da UE com o objectivo de auxiliar a Autoridade Palestiniana no processo de reorganização e reforma da polícia local. De regresso aos Balcãs, participa na *European Union Police Mission in Bosnia and Herzegovina (EUPM)*, a qual tinha como objectivo principal monitorizar e inspecionar a actividade da polícia local (Setembro de 2007), e na componente de polícia da EULEX (Pristina), no Kosovo (Abril 2008).

A STABILITY POLICE UNIT

As Stability Police Unit (SPU) são forças simultaneamente policiais e militares com uma capacidade de intervenção robusta, capazes de usar a força com uma grande amplitude de letalidade, sobretudo durante as operações de reposição da ordem pública. As características híbridas das SPU permitem-lhes preencher um espaço operacional que dificilmente poderá ser preenchido por forças militares ou de polícia. Constituídas por unidades tipo *Gendarmerie*, as suas potencialidades revelaram-se de tal forma importantes em determinados tipos de missões de paz, que as principais organizações internacionais não abdicam do seu emprego, dando-lhes apenas designações diferentes: a OTAN chama-lhes *Multinational Specialized Units (MSU)*, a ONU designa-as *Formed Police Unit (FPU)*, e a UE *Integrated Police Unit (IPU)*. A participação da GNR em missões de paz conhece novos desenvolvimentos quando em 2000 constitui a primeira *Stability Police Unit (SPU)*. Nos últimos nove anos, a GNR esteve empenhada em quatro missões internacionais no formato de unidades constituídas (FPU, MSU e IPU) do Iraque a Timor e, mais recentemente, na Bósnia, tendo sido destacados um total de 1548 militares.

Em Timor, para além de ter integrado a componente de CIVPOL, como atrás referido, a GNR actuou, pela primeira vez, como FPU, constituindo-se como uma das unidades de intervenção da CIVPOL. A FPU tinha por missões principais: o controlo de distúrbios civis; a segurança de áreas sensíveis; a realização de escoltas e segurança a altas entidades; a busca e salvamento e a execução de honras de Estado. A 24 de Junho de 2004, cerca de dois anos depois, a GNR terminou a sua missão em Timor. No rescaldo

¹⁶ European Union Co-ordinating Office of Palestinian Police Support.

da invasão do Iraque por forças de uma coligação liderada pelos EUA, a GNR foi escolhida para participar na missão IRAQUI FREEDOM, o que aconteceu só após um intenso debate político. A força (num total de 123 militares) chamou-se Subagrupamento Alfa e participou nas designadas operações de estabilização, integrado na Divisão Multinacional Sudeste (MND-SE), sob o Comando da Brigada italiana (IT-JTF). O Subagrupamento Alfa cumpriu inúmeras missões, desde as mais elementares às mais arriscadas, destacando-se as várias operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, segurança de pontos sensíveis, escolta a comboios humanitários, policiamento de áreas sensíveis, execução de *check-points*, e inactivação de engenhos explosivos improvisados.

Em consequência da instabilidade política e social vivida em Timor, o Governo daquele país viu-se forçado a recorrer à ajuda internacional para estabilizar a ordem pública no território. Ao pedido formulado pelas autoridades timorenses acederam a Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal, os quais enviaram para o território forças militares e policiais. A ausência de forças de segurança em número compatível com a gravidade da situação levaram a força da Guarda a assumir funções de polícia executiva, em substituição das autoridades policiais locais. Fruto do acordo bilateral entre Portugal e Timor, o contingente da GNR ficou directamente dependente do Presidente da República e do Primeiro-Ministro daquele país. No dia 26 de Agosto de 2006, a maior parte das forças da polícia internacional, incluindo o Subagrupamento Bravo, integra-se na UNMIT.

A GNR vem a participar numa missão da UE na Bósnia através da recém-criada Força de *Gendarmerie* Europeia (EUROGENDFOR).¹⁷ A 19 de Julho de 2007, em Noordwijk – Holanda, o Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) da EUROGENDFOR decidiu-se pela participação desta força na missão militar da UE na Bósnia (Operação ALTHEA), através do envio de uma IPU. Para uma visão mais detalhada do que tem sido a participação da Guarda em operações de paz, consultar o Anexo E.

OS OBSERVADORES MILITARES DA ONU

A origem das missões de observação remonta ao período de funcionamento da Liga das Nações. Viriam a assumir uma importância redobrada no seio da ONU, tendo esta tentado inicialmente preencher o vácuo de segurança colectiva existente recorrendo a estas missões, as quais consistiam nalgumas centenas de Observadores Militares da ONU (UNMOs) oriundos de países neutrais, como forma de reforçar a noção de imparcialidade. A primeira operação de observação da ONU ocorreu em paralelo com o

¹⁷ Para além de Portugal, a EUROGENDFOR integra a França, Itália, Holanda, Espanha e, mais recentemente (17DEC08), a Roménia.

processo de independência da Indonésia, com a missão principal de supervisionar a desmobilização e retirada pacífica dos militares holandeses.

Após a guerra de 1948, no Médio Oriente, a ONU destacou para Palestina uma missão de observação (UNTSO)¹⁸ com o objectivo de observar a trégua e supervisionar as limitações impostas à circulação de tropas, material e equipamento. Com um reduzido número de efectivos (600), limitou-se a receber e a responder às reclamações das partes. O facto de agir sob um mandato vago, aliado a factores como o agravamento das hostilidades entre o Egipto e Israel, levaram à sua fragilização não colocando, no entanto, em causa a sua continuidade até aos dias de hoje. As missões de monitorização de acordos de cessar-fogo e de ligação entre as partes em conflito tornaram os observadores militares “enviados da paz” imparciais. As suas “armas” são o seu elevado profissionalismo e os olhos e ouvidos sempre atentos. Este *modus operandis* pode nalgumas circunstâncias vulnerabilizá-los, por aumentar a probabilidade de serem sequestrados e das suas viaturas e meios de comunicação rádio serem roubados por elementos das facções em conflito.¹⁹

Os observadores militares são oficiais (no mínimo com o posto de Capitão) pertencentes às Forças Armadas de diferentes países que os “emprestam” à ONU para uma determinada missão de paz. Auferem um estatuto de imunidade diplomática similar aos membros da polícia (UNCIVPOL) e pessoal civil ao serviço da ONU, que é diferente do estatuto dos militares que integram os contingentes militares. Das missões geralmente atribuídas às forças de observadores militares, destacam-se as seguintes: supervisionar acordos de cessar-fogo, investigar e relatar sobre acções de violação dos mesmos; supervisionar processos de retirada de forças militares; inspeccionar locais suspeitos de funcionar como depósitos de armas; verificar, registar e controlar detalhadamente os processos de desarmamento; facilitar a resolução de disputas locais, funcionando como elementos de ligação entre as partes; monitorizar a utilização do espaço aéreo sobre a área em conflito, através de patrulhamentos e inspecções a aeroportos; supervisionar processos eleitorais e referendos; supervisionar campos de refugiados; participar em comités conjuntos com objectivos específicos como a troca de prisioneiros e mortos; e informar sobre eventuais violações dos Direitos Humanos.

¹⁸ Organização de Supervisão da Trégua da ONU.

¹⁹ São inúmeros os exemplos de UNMOs que arriscaram a vida interpondo-se entre as partes em conflito para obterem um cessar-fogo, para salvarem uma criança, que suportaram humilhações em *checkpoints* quando testavam a liberdade de circulação essencial para a prossecução da sua missão; que se mantiveram em vigilância contínua durante várias noites, mesmo quando os combates se desenrolavam em torno dos seus postos de observação, pondo em causa a sua integridade física para transmitirem informação vital; que apesar da pressão a que eram sujeitos, conseguiam relatar superiormente com clareza situações complexas; e que com a sua presença e credibilidade ajudaram ao reinício de processos negociais entre as partes em conflito.

As forças de observadores não têm qualquer missão de restabelecimento da ordem ou de defesa do território. A grande diferença entre as forças de *peacekeeping* e os contingentes de observadores assenta primordialmente no facto de estes não funcionarem como forças de interposição, ainda que possam ser colocados em zonas definidas como neutrais para as partes em conflito. A essência da sua actuação baseia-se no estabelecimento de relações de cordialidade e imparcialidade na interacção com as autoridades locais, assentes no código de conduta específico dos oficiais das Forças Armadas.

Se o facto de os observadores militares desempenharem a sua missão desarmados poder consubstanciar uma vulnerabilidade, pelo contrário, pode ser uma grande vantagem, especialmente em situações onde o recurso ao emprego de forças militares armadas não é a melhor opção, por poder levar a uma escalada do conflito. Os UNMOs apoiam-se para a sua protecção não apenas na análise das informações e nos sistemas de protecção passiva (capacetes e coletes balísticos), mas também e essencialmente, no desenvolvimento de relações e contactos próximos com as partes em conflito, tentando envolver os dirigentes das forças litigantes (desde o nível operacional ao tático), mas mantendo sempre a imparcialidade. Os ataques aos observadores têm normalmente repercussões negativas para os atacantes, os quais, independentemente dos interesses que possam ter, encaram geralmente como um revés a retirada de uma força de observadores.

Uma outra vantagem do emprego de observadores militares, reside na fiabilidade e precisão da informação que recolhem e disseminam para quem a desejar obter (desde o governo local, às ONGs terminando na comunicação social). A expressão “UNMO CONFIRMED” é um sinónimo de credibilidade, que muitas das vezes envolve um risco elevado para a segurança pessoal dos observadores que a obtiveram. Contudo, nalgumas situações, o desenvolvimento de uma relação de maior proximidade com uma ou várias das partes em conflito pode condicionar a aceitação de observadores que tenham estado anteriormente em missão no “outro lado da batalha”.

A colocação de UNMOs sob o comando operacional de uma força militar, mesmo que também ao serviço da ONU, contribui para corroer o seu capital de credibilidade e imparcialidade aos olhos dos litigantes, podendo ser vistos pelas facções como observadores avançados ou como equipas de reconhecimento, com o fim de localizarem, por exemplo, posições de armas e veículos pesados através da exploração do facto de estes gozarem de liberdade de circulação no TO, ou noutras funções que possam ser percebidas como fornecendo vantagem tática a uma das forças.

O Exército tem tido um cuidado muito especial na formação de oficiais para o desempenho de missões de observação, materializado na criação do Centro de Instrução

e Treino de Operações de Apoio à Paz (CITOAP). A frequência do Curso de Observador Militar com aproveitamento passou a ser uma das condições exigidas para se ser nomeado para uma missão de observação. A primeira participação de militares portugueses em missões de observação da ONU remonta ao ano de 1958, no Líbano, quando cinco oficiais participaram numa missão de supervisão eleitoral naquele território. A partir de finais dos anos oitenta do século vinte, a participação nacional em missões de observação não parou de crescer, tendo atingido o seu apogeu em 2000 (Ver Anexo F).²⁰ O *output* estratégico da participação nacional em missões de observação tem sido assinalável, ainda que não devidamente reconhecido internamente. Para além de demonstrar o empenho do país na estabilidade e paz mundial, é uma forma de obter informação privilegiada sobre determinados TOs (política, económica, etc.), e de proporcionar treino (a custo reduzido) e currículo aos quadros que lhes permita mais tarde concorrerem ao ingresso em organizações internacionais com vantagem.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NACIONAIS

Procuraremos agora efectuar um ponto de situação sobre a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais em missões de paz, estando, à partida, cientes de que foi modesta. As ONGs nacionais regem-se pelos princípios vertidos no Código Civil, no Capítulo das Pessoas Colectivas, sobretudo as disposições relativas a associações e fundações. A esmagadora maioria das ONGs que se dedicam à assistência humanitária e de emergência são formalmente constituídas sob a forma de associação, sendo o caso da Assistência Médica Internacional uma excepção, visto tratar-se de uma Fundação.

A denominada “Lei das ONGDs” (Lei 66/98, de 14 de Outubro) pretendeu aclarar e regulamentar as especificidades das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGDs). Partindo desta diferenciação, trata-se agora de identificar quais as ONGs portuguesas que se dedicam à ajuda humanitária e de emergência. Isto porque o art.º 6.º da *supra* mencionada lei, sob a epígrafe “objectivos”, designa como estando incluídas naqueles as acções de assistência humanitária e de emergência, desempenhadas pelas ONGDs. Temos aqui uma confluência dos vários conceitos (ajuda humanitária, emergência e desenvolvimento) que representam realidades diferentes, embora na prática a esmagadora maioria das ONGDs portuguesas se dedique, *prima facie*, a projectos de desenvolvimento, sem prejuízo de, algumas delas,

²⁰ Realça-se o facto de Portugal ter tido sete chefes de missões de observação militar, respectivamente dois na MINURSO, três na UNOTIL e dois na UNMIK, todos oriundos do Exército. Estes dois últimos foram *Chief Military Liaison Officers*.

uma minoria, ter também alguma capacidade de participação em missões de paz, de ajuda humanitária e de emergência.

O documento *“Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”*, publicado em 2006, destaca a existência de uma relação institucional entre o Estado português e as ONGDs caracterizada, *de uma forma geral, pela ausência de mecanismos de diálogo e de coordenação, quando não mesmo pela desconfiança activa,*” e identifica duas “dimensões específicas de actuação”: uma de âmbito nacional, *“a educação para o desenvolvimento”*, e outra de âmbito internacional, que inclui a *“cooperação para o desenvolvimento”* e a *“ajuda humanitária e de emergência”*. No que respeita à ajuda humanitária, reconhece-se o surgimento de novas áreas de especialização que requerem uma atenção especial, por parte do Estado, nomeadamente, *“a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a diplomacia preventiva, a reabilitação pós-conflito e os processos de reconciliação, os refugiados e as migrações, entre outras”*. Na realidade já existe uma estrutura, ainda que embrionária, de coordenação entre o Estado e as ONGDs.

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) é o organismo público responsável pela cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento. Compete-lhe dirigir os serviços de apoio à sociedade civil e ajuda de emergência, o que estabelece a ligação entre o Estado Português, através daquele organismo público, e a ajuda humanitária e de emergência. Refira-se, ainda, que *“o IPAD visa também a centralização da informação sobre os projectos de cooperação promovidos por entidades privadas, com ou sem patrocínio público,”*²¹ o que nos remete para uma conexão institucional permanente entre as ONGDs e o Estado português.

As ONGDs têm de se registar junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para serem reconhecidas e poderem beneficiar de algumas importantes benesses.²² Uma vez obtido o estatuto de ONGD, esta passa a dispor da possibilidade de usufruir de cofinanciamentos, através da apresentação de candidaturas a concursos do IPAD ou através da apresentação de projectos seus. Segundo dados do IPAD,²³ em 2008, foram financiados 31 projectos de 19 ONGDs, num montante total de 2.775.451,48€, distribuídos sobretudo por Moçambique (26%), Angola (26%), Guiné-Bissau (19%) e Cabo Verde (10%), com incidência nos sectores da Saúde, Luta contra a Pobreza e

²¹ Segundo o art.º 14.º – 1, al. f), do DL n.º 5/2003, de 13 de Janeiro.

²² Tais como o estatuto especial dos dirigentes de ONGD (art.º 10.º), que lhes permite usufruir de um horário de trabalho flexível, de um regime especial de faltas e de um estatuto semelhante ao de trabalhador-estudante, quando aplicável; a aquisição automática do estatuto de pessoas colectivas de utilidade pública; a aplicação, em determinadas condições, do regime do mecenato cultural, previsto nos Códigos de IRS e IRC, aos donativos em dinheiro e em espécie; a isenção do pagamento de emolumentos notariais, nomeadamente nas escrituras de alteração de estatutos; as isenções fiscais atribuídas às pessoas colectivas de utilidade pública e isenção de pagamento de IVA, nas transmissões de bens e prestações de serviços, tal como previsto para os organismos sem fins lucrativos.

²³ In http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=112&Itemid=143, consultado em Fevereiro de 2009.

Educação. Ainda de acordo com dados do IPAD, as acções de ajuda humanitária, de maior relevo, empreendidas entre 2004 e 2005, destinaram-se a situações de catástrofes naturais e de calamidade pública, sobretudo nos países considerados prioritários para Portugal, ou seja, os de língua oficial portuguesa. Tem existido um esforço para ultrapassar a inexistência de uma tradição sólida de cooperação, por um lado procurando-se desenvolver a cooperação institucional entre ONGDs portuguesas e entidades civis representantes do Estado, por outro através de iniciativas várias, de cariz procedimental (ex.: reconhecimento do estatuto de ONGD), executivo (ex.: co-financiamento de projectos) e de coordenação (ex.: relação institucional com a Plataforma Portuguesa de ONGDs), assumindo-se o Estado, frequentemente, como entidade pagadora, aliás um pouco à semelhança do que acontece com a UE através do ECHO.

No que respeita ao posicionamento das ONGDs portuguesas face à comunidade internacional verificamos existir uma fraca representatividade de ONGDs portuguesas em *fora* internacionais, sendo poucas as inscritas em organismos internacionais. Por outro lado, algumas ONGDs portuguesas são uma espécie de delegação nacional de movimentos civis internacionais.²⁴ Neste caso, existe uma articulação entre a ONGD portuguesa e a ONG – mãe. De acordo com a Plataforma, as ONGDs têm como áreas fundamentais de intervenção: a Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária e de Emergência. Ressalte-se a assinatura, a 20 de Fevereiro de 2006, de um Protocolo de Cooperação elaborado e assinado entre a direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD e as ONGD suas associadas que se assumem como trabalhando na Ajuda Humanitária e de Emergência, sendo elas, a ADRA, a Associação Saúde em Português, os Médicos do Mundo/Portugal e a OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento,²⁵ o qual alerta para a necessidade de formação dos agentes humanitários e para a importância da articulação e coordenação. As partes referidas criaram, através deste Protocolo, o “Grupo de Ajuda Humanitária e de Emergência da Plataforma”, o qual prevê a criação de um Fundo Público para a Ajuda Humanitária e de Emergência e a criação de um Código de Conduta português (cláusula 6.^a).

De acordo com dados recolhidos até Fevereiro de 2009 verifica-se: a existência de 112 ONGDs registadas no IPAD, 54 registadas na Plataforma Portuguesa de ONGD, e muitas mais ONGs existem registadas no Registo Nacional de Pessoas Colectivas; que do total de ONGDs inscritas na Plataforma, de acordo com o Guia de ONGD 2005, 18

²⁴ Como, por exemplo, a Caritas, Médicos do Mundo, Cruz Vermelha Portuguesa e a ADRA (Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência).

²⁵ In http://www.plataformaongd.pt/site3/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=31.

auto-classificam-se como de ajuda humanitária e de emergência. Destas 18, apenas 4 constituem o “Grupo de Ajuda Humanitária e de Emergência da Plataforma”, ficando de fora ONGDs tradicionalmente associadas à Assistência Humanitária e de Emergência, como é o caso da Assistência Médica Internacional; que a grande parte destas ONGDs, na verdade, se dedica primordialmente ao Desenvolvimento, sendo que algumas delas também se dedicam à Ajuda Humanitária e de Emergência; que a maioria das ONGDs intervém, preferencialmente, no âmbito da CPLP, nas áreas da educação e da saúde.

Há ainda a salientar a não existência de uma tradição de relacionamento directo entre ONGDs e forças militares portuguesas presentes no terreno, embora se tenha vindo a desenvolver essa cooperação, designadamente, através do MNE, via IPAD. As missões desempenhadas por ONGDs portuguesas regem-se por normas internas da própria ONGD e pelas linhas de orientação da entidade financiadora, não existindo um Código de Conduta Nacional a aplicar nas missões de ajuda humanitária e de emergência.

OS ELEMENTOS CIVIS PORTUGUESES

Conforme temos vindo a referir, a complexidade das missões de paz aumentou, passando a incluir nos seus mandatos a reestruturação da administração pública e do sector da justiça, o desarmamento e reintegração de milícias armadas, a desminagem, a recuperação económica, a reconciliação das sociedades afectadas pelos conflitos armados, etc. A execução destas tarefas de natureza não militar requer o contributo de especialistas. A experiência tem mostrado que órgãos e entidades civis nacionais dos países envolvidos nestas operações, como ministérios, institutos ligados ao Estado, parlamentos nacionais e entidades oriundas da sociedade civil têm participado activamente em acções de assistência ou cooperação bilateral com as organizações internacionais que desenvolvem missões no terreno, esforçando-se, cada vez mais, por participar, por diferentes vias, nos seus programas multilaterais. Contrariando esta tendência, a cooperação ministerial portuguesa tem sido esporádica, desempenhando um papel de reduzida dimensão na política externa do Estado português. O caso de Timor representou uma excepção ao que tem sido a norma da participação lusa na componente civil e de desenvolvimento das missões de paz da ONU, requerendo por isso uma análise separada. Ao longo dos anos 90, ministérios e outras entidades públicas, bem como sectores específicos da sociedade civil portuguesa, começam a envolver-se, embora timidamente, em paralelo com as Forças Armadas e de Segurança, em iniciativas de cooperação multilateral, fundamentalmente no quadro da ONU e da CPLP, mas também no âmbito da UE. Vejamos então o que foi esse envolvimento.

PORTUGAL NAS CRISES HUMANITÁRIAS E DE EMERGÊNCIA

Embora este tema tenha vindo a ser abordado ao longo deste trabalho, no que respeita à participação de outras entidades, justifica-se ainda assim uma apresentação em separado. Sob a coordenação nacional do IPAD, Portugal envolveu-se na assistência humanitária em várias circunstâncias, fundamentalmente no âmbito da ONU e da UE. Salientam-se os seguintes casos: em Abril de 1999 Portugal disponibilizou-se para transportar e alojar no país cerca de 2000 deslocados do Kosovo. O SNPC foi incumbido de organizar e coordenar a recepção e o alojamento temporário destes refugiados no nosso país e posterior repatriamento. As directivas eram recebidas do Alto Comissariado das Nações para os Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional das Migrações (OIM), que lideravam o processo a nível mundial, e do Governo português. Estiveram envolvidos o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNPC), DGAS, CRSS, Comité Português para os Refugiados (CPR) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) distribuiu roupas, kits de higiene e comida e a DGS providenciou os cuidados de saúde. O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) teve por missão proceder à evacuação de doentes para estabelecimentos hospitalares, sempre que necessário. O SNPC foi incumbido, pela primeira vez, de planear e gerir uma operação de socorro humanitário com o envolvimento de diversos organismos.

Portugal participou igualmente, no âmbito da UE, no apoio às vítimas do sismo na Turquia, uma primeira intervenção, ainda de carácter *ad hoc*; em Moçambique (2000 e 2001) no apoio às populações afectadas pelas cheias. Esta missão foi uma cooperação bilateral executada em articulação com a OCHA. A missão foi acordada com a Embaixada Portuguesa em Maputo e com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) no comando da operação. De Portugal havia envolvimento do INEM, SNPC, SNB, CVP e RSBL, em colaboração com o Plano Alimentar Mundial (PAM). Também no âmbito da UE Portugal participou no apoio às vítimas do terramoto da Argélia, em Maio de 2003; no Irão (terramoto seguido de Tsunami em 2003/4/5), em Marrocos, em Fevereiro de 2004, tendo sido rapidamente constituído um grupo especial de emergência e resgate (GEER) que integrava o SNBPC, RSB, GNR e PSP para efectuar buscas e salvamentos na província de Alhoceima; e ainda no Sudeste Asiático (Tsunami de Dezembro/Janeiro de 2004/2005).

O CASO DE TIMOR-LESTE

A participação sistemática de elementos civis nacionais em Timor remonta ao ano de 1999. A coordenação dos órgãos e entidades estatais nacionais envolvidas na ajuda a Timor, durante o período da transição, foi atribuída ao Comissário para o Apoio à

Transição de Timor-leste (CATTL). Em Portugal e em Díli, o CATTL apoiou a realização da consulta popular. O Comissário nomeado pelo Governo, o Padre Vítor Melícias, em colaboração com o ICP, foi o elo de ligação entre o Estado português e as ONGs interessadas na causa timorense. O Gabinete do Comissário assumiu-se como o órgão coordenador das actividades do sector público português no território, reunindo com uma Comissão Interministerial composta por representantes de alto nível dos ministérios mais directamente envolvidos na causa timorense (MNE, MDN, MS, MJ e MAI). Estes elementos coordenavam a nível ministerial a resposta institucional dos serviços da administração central do Estado, às solicitações do Comissário.

O CATTL aprovou a constituição de uma missão de emergência humanitária para intervir em Timor designada “Missão Humanitária Timor 99”, que integrou efectivos e contribuições de vários serviços públicos (MNE, MAI e MS) e envolveu várias ONGs nacionais. A missão tinha como objectivo a cooperação com as organizações humanitárias internacionais no território, tais como, o ACNUR, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a OIM, o PAM e ainda com a UNAMET, a missão de paz da ONU no território. Este dispositivo foi coordenado e financiado pelo CATTL, e comandado operacionalmente pelo SNPC. Faziam parte desta missão uma equipa multidisciplinar de voluntários do MS, o ainda Serviço Nacional de Bombeiros, o INEM, a CVP, a GNR, a PSP e ainda alguns voluntários das ONGs portuguesas.²⁶ Articulada com a INTERFET e a UNAMET, a missão durou três meses. Ao longo deste período os portugueses colaboraram na luta contra incêndios, abasteceram de alimentos e água as povoações isoladas e recuperaram infra-estruturas destruídas. Formadores portugueses – bombeiros credenciados pela Escola Nacional de Bombeiros – criaram três corpos de bombeiros timorenses (Díli, Aileu e Baucau).

Janeiro de 2000 marca o início de uma nova fase para a presença portuguesa no território. Mantém-se o estatuto de emergência do período de transição, mas inaugura-se a vertente de “reabilitação e desenvolvimento”, uma Missão Humanitária e de Apoio ao Desenvolvimento que envolve a constituição dos órgãos de soberania e a construção do Estado. Neste período, como observa Val-Flores, a cooperação portuguesa já segue objectivos específicos, que resultam das solicitações dos responsáveis timorenses: preparar uma independência auto-sustentável. Portugal decide reforçar a sua cooperação integrando-se, preferencialmente, na cooperação multilateral através do Programa Conjunto de Reconstrução de Timor-Leste liderado pela UNTAET, com o apoio de diversas agências da ONU, do BM e do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).²⁷

²⁶ Portugal. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Junho de 2000), *Portugal – Timor-Leste, Reconstrução para o Desenvolvimento 1990/2000*. Lisboa: Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste, p.10.

²⁷ Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2001) e Val-Flores (2006).

Com a independência de Timor, em 17 de Maio de 2002, o CATTL extingue-se e as suas responsabilidades são assumidas pelo IPAD, entidade que, como anteriormente referido, detém presentemente poderes de supervisão, direcção e coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento e o enquadramento dos programas de cooperação e da ajuda pública ao desenvolvimento financiados e realizados por outros organismos do Estado e demais entidades públicas. De facto, para além de coordenar o trabalho das ONGDs que também financia,²⁸ compete-lhe articular a acção dos diferentes ministérios, promovendo uma cooperação multidimensional e multidisciplinar. O Programa Indicativo de Cooperação (PIC)²⁹ de Timor para o triénio 2004-2006, assinado entre o Governo português e Governo timorense, identifica três eixos prioritários,³⁰ continuando o eixo da capacitação institucional, em particular, a ter resultados decepcionantes. Neste sentido, alguns ministérios, Assembleia da República (AR)³¹ e Universidades portuguesas decidem integrar-se nos programas de reforma da administração pública em curso, apoiando a elaboração da lei fundamental de Timor, a redacção do regimento da sua Assembleia e seguem de perto o processo de reforma fiscal, entre muitas outras actividades. O modelo preconizado pelo IPAD é descentralizado e tenta coordenar as acções dos departamentos públicos, autónomos ou não, órgãos de soberania, empresas estatais e algumas entidades privadas bem como ONGDs, autarquias, universidades, instituições científicas e culturais envolvidas no processo.

O PIC Portugal - Timor-Leste (2007-2010) redireccionou um pouco a APD portuguesa, acentuando a ideia de investimento nas áreas onde as vantagens comparativas portuguesas são maiores: língua e capacitação, esta última através da educação e formação, inseridas no apoio aos sistemas judiciário e de administração pública timorenses, numa lógica essencialmente multilateral.³² Com um financiamento de 60 milhões de euros, são definidos três eixos prioritários: boa governação, participação e democracia, e capacitação da administração pública, defesa e segurança; desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza; e, finalmente, o *cluster* da cooperação envolvendo diferentes instituições.³³

²⁸ Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (Fevereiro de 2006), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, p.37.

²⁹ Elaborados de três em três anos.

³⁰ Educação e Apoio à Reintrodução da Língua Portuguesa; Capacitação Institucional e Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social.

³¹ O IPAD não mantém programas de cooperação com a AR, mas é informado anualmente sobre a cooperação desenvolvida. A AR proporciona desde 2001 apoio parlamentar a Timor: apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Presidente do PNTL, ao Plenário, às Comissões Especializadas Permanentes, às bancadas Parlamentares, ao Secretariado e à Gráfica Nacional.

³² O documento refere que a distinção conceptual rígida entre cooperação bilateral e multilateral deixou de fazer sentido.

³³ IPAD. Ponto de Situação em Timor-Leste, disponível em http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=122.

No que respeita à governação e capacitação institucional no período de transição (1999-2002) e no pós-independência, há a salientar o papel desempenhado pelas universidades e instituições científicas portuguesas no apoio à organização e formação de docentes timorenses de todos os níveis de ensino e na capacitação da restante administração pública. O contributo das universidades em Timor tem produzido resultados assinaláveis graças, em grande medida, ao pioneirismo do Grupo de Estudos de Reconstrução – Timor Lorosae (GERTIL) e à sua capacidade de mobilização no seio da Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Com o desaparecimento do CATTIL, os protocolos existentes chegam ao fim e é firmado um novo acordo com o IPAD, passando o GERTIL a candidatar-se aos projectos financiados anualmente por aquele Instituto em áreas como o planeamento urbano e territorial, a cartografia e as redes geodésicas. Entre muitas outras actividades, o GERTIL elaborou a Carta Escolar de Timor, procedeu a vários arranjos arquitectónicos e, com o apoio do PNUD, procedeu ao levantamento de informação para o projecto de reconstrução de Díli, depois da destruição provocada pela instabilidade política de 2006.

De outra natureza, o Programa de Cooperação CRUP/FUP com Timor surge de um acordo entre o extinto CNRT, Governo português e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Desde 1990 que as Universidades portuguesas se encontram envolvidas, através da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), numa colaboração com o CNRT apoiada pelo MNE. São muitas as iniciativas desenvolvidas por estas entidades. A Universidade Católica Portuguesa (UCP) tem estado também presente em Timor através do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. A cooperação teve início logo que as condições políticas pós-referendo o permitiram. Desde 2002 que o Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT) se tem destacado pela diversidade de trabalhos realizados em Timor, ou sobre Timor.

Foram também vários os Ministérios que participaram na missão portuguesa em Timor. O Ministério das Finanças, essencialmente através da sua Direcção de Serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), no âmbito dos impostos e Cooperação Aduaneira;³⁴ o Ministério da Justiça no âmbito da administração da justiça timorense, da capacitação dos quadros timorenses ligados à justiça, e na organização de outras áreas da justiça, como é o caso dos serviços prisionais. Antes da consulta em Timor, foi formada em Portugal a *holding* HARII, SGPS que tinha por objectivo envolver empresas

³⁴ No quadro dos objectivos ambiciosos traçados pela então UNTAET, o Ministério das Finanças (Alfândegas) e a Administração Interna (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) envolveram-se no controlo das fronteiras. A participação do Ministério das Finanças é mais tarde expandida com o envolvimento dos Funcionários dos Impostos portugueses.

portuguesas (EDP, IPE, Gestnave, CTT, BNU, Petrogal, PT, IEFPP, ANA) em parcerias com empresas timorenses. A *holding* acabaria por ter pouco sucesso nas relações comerciais com parceiros timorenses, assumindo, na prática, a direcção de vários serviços, mantendo o exclusivo da sua direcção após a declaração de independência. O consórcio liderado pela ANA/NAV Aeroportos de Portugal/ADA chega ao território na fase da administração transitória deste.³⁵ Um memorando de entendimento entre o governo português e a UNTAET atribuiu aos portugueses a gestão do aeroporto de Díli, tanto ao nível dos serviços aeroportuários, como do tráfego aéreo, manutenção corrente, recrutamento e formação de efectivos locais.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A participação portuguesa em operações de paz representou um desafio e um esforço considerável para o país, em várias áreas – política, diplomática, económica – mas muito em particular na militar. Esse esforço contribuiu, sem quaisquer dúvidas, para que Portugal pudesse fazer ouvir a sua voz nos areópagos internacionais, nomeadamente no seio das principais organizações de que é membro (ONU, OTAN, UE e OSCE). Coube sem dúvida às Forças Armadas e muito em particular ao Exército, o fundamental desse empenhamento (mais de 21.000 militares). As Forças Armadas tornaram-se, assim, num instrumento central da política externa do país – um dado claramente assumido, aliás, pelo poder político, tendo contribuído decisivamente para que o país não se tivesse tornado no pós-Guerra Fria numa entidade irrelevante nas relações internacionais. O balanço da participação portuguesa resulta, portanto, insofismavelmente positivo.

Foi nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança que o impacto desse empenhamento foi mais visível. A participação de militares e de elementos policiais nacionais em missões de paz produziu efeitos importantes praticamente em todos os domínios da organização e da actividade daquelas instituições (formação, tático e operacional, equipamentos, logística e doutrina, etc.) e ainda ao nível da sua inserção social. Valerá a pena recordar que a participação em operações de paz terá sido um importante impulsionador do debate que levaria à opção de profissionalizar as Forças Armadas. A integração de forças nacionais em contingentes multinacionais no quadro das operações de paz contribuiu, certamente, para estimular a reflexão nas instâncias militares e políticas sobre a urgência da modernização do equipamento utilizado pelas Forças Armadas. Esta participação contribuiu, sem dúvida, para o aumento da visibilidade pública da Instituição Militar e das Forças de Segurança, e um maior reconhecimento social e político – uma mudança na forma da sociedade ver os militares

³⁵ A missão teve início em Março de 2001 e terminou a 31 de Agosto de 2002.

e as forças de segurança, que correspondeu a um aumento paralelo da auto-estima e da sua satisfação profissional.

Mas as mudanças mais significativas terão sido de outra ordem. Estamos a falar da mudança de mentalidades, transição essencial para garantir a adaptação das Instituições a novos paradigmas de convivência, de actuação, de vida e modo de encarar o futuro. Neste domínio, as missões de paz implicaram alterações de vária ordem na percepção do papel do militar e do próprio relacionamento hierárquico. O ambiente em que decorrem as missões de paz cultivou a necessidade de uma maior preparação e de uma maior responsabilidade na actuação, já que, por vezes, decisões de extrema relevância tática, operacional e mesmo estratégica têm, frequentemente, de ser tomadas a um nível hierárquico baixo. O contacto com militares e polícias de outros países, com pessoal das organizações internacionais e das ONGs e outros agentes, e ainda com as realidades políticas, sociais e humanas dos TOs em que têm decorrido as operações de paz representou um factor de maturidade cívica e política para os militares e elementos policiais portugueses.

Uma abordagem a esta problemática ficaria incompleta sem se sublinhar o importante papel desempenhado pelos observadores – militares e policiais –, tratados frequentemente com um estatuto de minoridade. A sua importância advém da oportunidade de Portugal formar quadros experientes a custos reduzidos e que, posteriormente, com a experiência adquirida se poderão transformar em activos importantes em futuras candidaturas a cargos em organizações internacionais da mais diversa índole, permitindo inclusivamente um *turn around* nas suas carreiras. No capítulo das Forças de Segurança salienta-se a imprescindibilidade em apostar no destacamento de peritos policiais nas organizações internacionais (ONU, UE, OSCE, entre outras) e ainda a necessidade de se dispor de uma capacidade de intervenção adicional para fazer face a situações em que as forças militares e de polícia civil estarão menos vocacionadas, e que tendencialmente ocorrem na fase de estabilização dos conflitos, após a violência generalizada. As forças policiais com estatuto militar encontram-se particularmente aptas para executar as missões próprias do designado *security gap* (para retomar um conceito adoptado pela OTAN).

No essencial cabe-nos referir que Portugal não acompanhou as alterações de natureza qualitativa verificadas nas operações de paz, as quais não só evoluíram para processos complexos envolvendo uma larga variedade de actividades e actores – militares, polícias, diplomatas, civis, etc., em que se coloca cada vez mais o acento tónico na componente civil – ou seja, na resolução de problemas estruturais de natureza económica, política e social dessas sociedades, na reconciliação e na reconstrução nacional, como este tipo de operações passou a ser dominante e a ocupar a centralidade

dos empenhamentos. Esta realidade veio colocar novos desafios a Portugal para os quais é necessário encontrar respostas.

É verdade que, acompanhando a tendência, se verificou um aumento qualitativo e quantitativo da importância atribuída às Forças de Segurança nacionais nas operações de paz; mas no que concerne à participação nacional com actores não militares, não se consegue esconder uma insuficiente atenção a esta problemática, sobretudo se tivermos em conta a possibilidade que estas participações proporcionam aos Estados de pequena dimensão como Portugal de se inserirem no processo da globalização.

Exceptuando o caso de Timor-Leste, a participação de actores civis nacionais nestas operações, nomeadamente da comunidade das ONGs, tem sido diminuta. Notam-se ainda algumas lacunas na preparação de quadros nacionais para missões internacionais que exigem, em ordem a concitar uma maior eficácia da acção, uma integração ou, não sendo esta possível, no mínimo uma coordenação dos esforços sectoriais dos vários instrumentos de poder envolvendo elementos responsáveis da área dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Justiça, entre outros. As instâncias nacionais deveriam dedicar uma maior atenção à comunidade de ONGs que se dedica à ajuda humanitária e de emergência. Estamos em crer tratar-se de um domínio de oportunidades onde existem nichos de especialização em que o Estado português poderia apostar. As ONGs são responsáveis por muito do trabalho efectuado em situações de conflito e pós-conflito, com acesso a informação privilegiada não disponível para a maioria dos actores envolvidos nestes cenários.

Por outro lado, não se tem conseguido mobilizar as empresas portuguesas para que participem no esforço da reconstrução, nos Estados em que as forças nacionais – militares e de segurança – têm intervindo. A participação com forças militares e de segurança deve também ser vista como uma antecâmara – necessária – para a intervenção das empresas nacionais. É um domínio onde tem predominado a omissão. É confrangedora a ausência de empresas nacionais registadas na base de dados da *UN Business Development*, uma condição fundamental para que as empresas possam concorrer aos projectos lançados à escala mundial pelas diferentes Agências, Programas e Fundos da ONU. Os dedos de uma mão são demasiados para contar as empresas nacionais registadas, num universo de aproximadamente 3500.³⁶ A comparação com o número de empresas espanholas é igualmente demolidora.

A crescente atenção da ONU e da UE para missões complexas e para os desafios da gestão civil de crises, envolvendo especialistas em protecção civil, magistrados, ciências forenses, etc. tem realçado o papel dos elementos civis nas missões de paz, em particular nas acções humanitárias. Portugal deveria eleger esta área como um domínio

³⁶ <http://www.devbusiness.com>.

prioritário de actuação. As alterações qualitativas registadas na última década nas operações de paz e que foram sendo assinaladas ao longo deste artigo, tornaram evidente a necessidade de se rever a participação nacional nestas operações.

CARLOS MARTINS BRANCO

Major-General do Exército português. Licenciou-se em Ciências Militares pela Academia Militar e frequentou o curso de Estado-Maior. Frequentou o *Master Business Administration* na Universidade Católica Portuguesa e prepara uma dissertação de Doutoramento em *Conflict Resolution*, igualmente no Instituto Universitário Europeu. Foi Observador Militar da ONU durante o conflito da antiga Jugoslávia; analista de Intelligence no Estado-Maior da EUROFOR, em Itália; e desempenhou as funções de Peacekeeping Affairs Officer no Secretariado da ONU, na Divisão Militar do DPKO, em Nova Iorque, tendo sido responsável pelos aspectos militares das missões da ONU, no Médio Oriente; foi o porta-voz do Comandante da operação da OTAN no Afeganistão. É co-coordenador científico da pós-graduação em Comunicação e Gestão de Conflitos, no ISCTE.

Contacto: carlos.branco@netcabo.pt

Referências Bibliográficas

- Branco, Carlos (2010), “O que são operações de paz? Conceito e taxinomia”, in *A Participação de Portugal em Operações de Paz. Êxitos, Problemas e Desafios*, Prefácio, Lisboa, 2010.
- Branco, Carlos et al. (coords.) (2010), *A Participação de Portugal em Operações de Paz. Êxitos, Problemas e Desafios*. Prefácio: Lisboa.
- Cajarabille, Victor Manuel (2002), “Papel das Marinhas no âmbito da Política Externa dos Estados”, in *Cadernos Navais*, 2. Edições Culturais da Marinha: Lisboa, Julho/Setembro.
- Cariço, Alexandre (2010), “Entre o céu e o inferno: A importância dos observadores militares”, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.
- Durães, Luís e Eugénio, António (2010), “A Força Aérea nas missões de paz”, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.
- Elias, Luís (2010), “A Polícia de Segurança Pública e as operações de paz: Evolução da sua participação e perspectivas de futuro”, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.
- Ferreira, Marco (2010), “A participação portuguesa em missões de paz: O contributo da Guarda Nacional Republicana”, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.
- Gomes, Carla Marcelino (2010), “A participação das Organizações não Governamentais Portuguesas em missões de paz e na gestão de crises humanitárias e de emergência, in *A*

participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios. Lisboa: Prefácio.

IPAD, Ministério dos Negócios Estrangeiros (Fevereiro de 2006), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=112&Itemid=143

http://www.plataformaongd.pt/site3/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=31

http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=91&Itemid=122

<http://www.devbusiness.com>

Lopes, Antero (2005), “Esforços de Polícia no apoio à paz mundial”, in Carlos Branco e Francisco M. Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*. Lisboa: Prefácio.

Loureiro, José (2010), O Exército português e as operações de paz, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.

Saraiva, Maria Francisca (2010), Elementos civis nas missões humanitárias e de paz: O papel dos órgãos e entidades civis nacionais, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.

Saramago, Mara (2010), A participação da Marinha em missões internacionais de paz, in *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Lisboa: Prefácio.

Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Junho de 2001), *Timor-Leste: Relatório de Actividades de 2000: Programa Indicativo para 2001*. Lisboa: Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste.

Val-Flores, Gustavo Silva (2006), “Portugal e o período de transição em Timor-Leste”, in *Estudos e Documentos*, 12. Lisboa: CEP/UCP.

GLOSSÁRIO

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFOR	<i>Albania Force</i> /Força Albânia
AMIS	<i>African Union Mission in the Sudan</i> Missão da União Africana no Sudão
AR	Assembleia da República
CATTL	Comissário para o Apoio à Transição de Timor-Leste
CIMIC	<i>Civil-Military Cooperation</i> /Cooperação Civil-Militar
CIVPOL	<i>Civilian Police</i> /Polícia Civil
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGAIEC	Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGS	Direcção-Geral da Saúde
EUBAM	<i>European Union Border Assistance Mission</i> Missão Europeia de Assistência na Fronteira
EUFOR	<i>European Union Force in Bosnia and Herzegovina</i> Força da União Europeia na Bósnia-Herzegovina
EUMM	<i>European Union Monitoring Mission</i> Missão de Monitorização da União Europeia
EUMOZ	Missão de Observação da União Europeia em Moçambique
EUROFOR	<i>European Rapid Reaction Force</i> Força Europeia de Reacção Rápida
EUROGENFOR	Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia
FND	Força Nacional Destacada
FPU	<i>Formed Police Unit</i> Unidade de Polícia Constituída
FYROM	<i>Former Yugoslav Republic of Macedonia</i> Antiga República Jugoslava da Macedónia
GEER	Grupo Especial de Emergência e Resgate
GERTIL	Grupo de Estudos de Reconstrução – Timor Lorosae
GNR	Guarda Nacional Republicana
IFOR	<i>Implementation Force</i> /Força de Implementação
IICT	Instituto de Investigação Científica e Tropical
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
INTERFET	<i>International Force for East Timor</i> Força Internacional em Timor-Leste
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPU	<i>Integrated Police Unit</i> /Unidade de Polícia Integrada
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i> Força Internacional de Assistência à Segurança
KFOR	<i>Kosovo Force</i> /Força no Kosovo
MAI	Ministério/Ministro da Administração Interna
MDN	Ministério/Ministro da Defesa Nacional
MINURSO	<i>Mission des Nations Unies pour l'Organisation d'un Référendum au Sahara Occidental</i> Missão das Nações Unidas para a Organização de um Referendo no Sahara Ocidental
MINUSTAH	<i>Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti</i> Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNE	Ministério/Ministro dos Negócios Estrangeiros
MONUA	<i>Mission d'Observation des Nations Unies à l'Angola</i> Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MONUC	<i>Mission de l'Organisation des Nations Unies en République Démocratique du Congo</i> Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MPLA	Movimento para a Libertação de Angola
MSU	<i>Multinational Specialized Units</i> /Unidade Especializada Multinacional
OCHA	<i>Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i> Gabinete para a Coordenação da Ajuda Humanitária
OIM	Organização Internacional das Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	<i>Opération des Nations Unies au Congo</i> Operação das Nações Unidas no Congo
ONUCI	<i>Opération des Nations Unies en Cote D'Ivoire</i> Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
ONUMOZ	<i>Opération des Nations Unies au Mozambique</i> Operação das Nações Unidas em Moçambique
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAM	Plano Alimentar Mundial
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e de Defesa
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PLC	Polícia Nacional do Congo
PSP	Polícia de Segurança Pública
RDC	República Democrática do Congo
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana

ROE	<i>Rules of Engagement</i> /Regras de Empenhamento
SFOR	<i>Stabilization Force</i> /Força de Estabilização
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SPU	<i>Stability Police Unit</i> /Unidade de Polícia de Estabilização
TO	Teatro de Operações
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UE	União Europeia
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEO	União da Europa Ocidental
UNAMET	<i>United Nations Mission in East Timor</i> Missão das Nações Unidas em Timor-Leste
UNAVEM	<i>United Nations Angola Verification Mission</i> Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNAVEM III	<i>United Nations Angola Verification Mission III</i> Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i> Força Temporária das Nações Unidas no Líbano
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMIK	<i>United Nations Mission in Kosovo</i> Missão das Nações Unidas no Kosovo
UNMISSET	<i>United Nations Mission of Support in East Timor</i> Missão de Apoio das Nações Unidas em Timor-Leste
UNMIT	<i>United Nations Integrated Mission in Timor-Leste</i> Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste
UNMO	<i>United Nations Military Observer</i> Observador Militar das Nações Unidas
UNOC	<i>United Nations Operation in the Congo</i> Operação das Nações Unidas no Congo
UNOCI	<i>United Nations Operation in Côte d'Ivoire</i> Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNOTIL	<i>United Nations Office In East Timor</i> Gabinete das Nações Unidas em Timor-Leste
UNPOL	<i>United Nations Police</i> /Polícia das Nações Unidas
UNPROFOR	<i>United Nations Protection Force</i> Força de Protecção das Nações Unidas
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i> Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste
UNTSO	<i>United Nations Truce Supervision Organization</i> Organização das Nações Unidas de Supervisão do Armistício
UPI	Unidade de Polícia Integrada
UTL	Universidade Técnica de Lisboa

ANEXO A: A MARINHA EM MISSÕES DE PAZ

(Saramago, 2010)

OPERAÇÃO	MISSÃO	LOCAL	ÂMBITO	UNIDADES	CTE	INÍCIO MISSÃO	FINAL MISSÃO	DIRECTIVA / INSTROP / DOCUMENTO	EFFECTIVOS (O-S-P/Tot)
DESERT STORM	FREE KUWAIT	KUWAIT	NAVOCFOR MED	NRP R. IVENS	CMG Santana de Mendonça	7-Set-1990	31-Out-1990		12-28-126/166
			NAVOCFOR MED	NRP SAC. CABRAL	CFR Neves de Bettencourt	31-Out-1990	11-Dez-1990		12-28-126/166
						17-Jan-1991	13-Abr-1991		12-28-126/166
			MULTINAT. FORCE	NRP S. MIGUEL	CFR Rodrigues da Conceição	31-Out-1990	29-Dez-1990		05-08-26/39
						17-Jan-1991	13-Abr-1991	05-08-26/39	
SHARP VIGILANCE	APOIO À PAZ	ADRIÁTICO EX-JUGOSLÁVIA	UEO	NRP R. IVENS	CFR Augusto de Brito	22-Jul-1992	5-Set-1992	Desp. MDN de 05JUL92	12-28-126/166
				NRP B. ANDRADE	CTEN Carvalho Abreu	31-Ago-1992	7-Out-1992	Resolução CS/713 de 25SET91	10-18-91/119
MARITIME MONITOR	APOIO À PAZ	ADRIÁTICO EX-JUGOSLÁVIA	NATO/SNFL	NRP R. IVENS	CFR Augusto de Brito	5-Set-1992	22-Out-1992	Desp. MDN de 09JUL92 Resolução CS/757 de 30MAI91	12-28-126/166
SHARP FENCE	APOIO À PAZ	ADRIÁTICO EX-JUGOSLÁVIA	UEO	NRP S. CABRAL	CFR Serras Simões	20-Fev-1993	6-Abr-1993	Desp. MDN de 09JUL93 Resolução CS/787 de 16NOV92	12-28-126/166
SHARP GUARD	APOIO À PAZ	ADRIÁTICO EX-JUGOSLÁVIA	NATO/UEO	NRP DELFIM	CTEN Silva Crespo	17-Out-1993	22-Dez-93	Resolução CS/820 de 17ABR93	07-15-32/54
			NATO/UEO/SNFL	NRP C. REAL	CFR Silva da Fonseca	6-Jan-1994	22-Mai-1994		18-39-109/166
				NRP V. GAMA	CFR Vargas de Matos	3-Fev-1995	29-Jul-1995		18-39-109/166
				NRP A. CABRAL	CFR Oliveira Viegas	5-Jul-1995	17-Dez-1995		18-39-109/166
			NATO/UEO	NRP BERRIO	CFR Jorge Guerra	4-Set-1995	20-Out-1995		09-13-48/70
			NATO/UEO/SNFL	NRP C. REAL	CFR Melo Gomes	27-Nov-1995	17-Abr-1996		18-39-109/166

OPERAÇÃO	MISSÃO	LOCAL	ÂMBITO	UNIDADES	CTE	INÍCIO MISSÃO	FINAL MISSÃO	DIRECTIVA / INSTROP / DOCUMENTO	EFFECTIVOS (O-S-P/Tot)	
JOINT ENDEAVOUR (IFOR)	APOIO LOGÍSTICO AO CONTINGENTE PORTUGUÊS	BÓSNIA	NATO	BÉRRIO	CFR Jorge Guerra	Dez-1995	Mai-1996	Res. CS/1031, 01DEZ95		
MONUA	COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO APOIO SANITÁRIO	ANGOLA	ONU	-	-	15-Jun-1997	30-Set-1998	Port. MDN 652/97 de 31JUL97 (para UNMO) Resol. CS/1118, de JUN97		
ALLIED FORCE	CONTROL SURVEILLANCE ADRIATIC	ADRIÁTICO (Kosovo)	NATO / SNFL	NRP C. REAL	CFR Saldanha Lopes	25-Mai-1999	24-Jun-1999	Port. 946/98, 31NOV Port. 392/99, 29MAI Port. 476/99, 29JUN		
SFOR / JOINT FORGE	MANUTENÇÃO DA PAZ (Impl. dos Acordos de Dayton)	BÓSNIA	NATO	CF 21	1TEN FZ Barroca Constante	31-Jan-2000	11-Ago-2000	Res. CS/1088, 12DEZ96 Resol. CS/1031 de DEZ95 Resol. CS/1174 de 15JUN98 Port. 66/97, de 29 JAN Port. 565/99, de 28JUL	TOT: 121	
ACTIVE ENDEAVOUR	COMBATE AO TERRORISMO	MEDITERRÂNEO ORIENTAL	NATO	NRP C. REAL	CFR Monteiro Montenegro	28-Nov-2001	15-Jan-2002			
				NRP V. GAMA	CFR Pereira da Cunha	15-Abr-2002	8-Jul-2002	Port. 726/2002, de 27JUN		
					CFR Pereira da Cunha	1-Abr-2003	8-Jun-2003	Port. 500/2004, de 10MAI		
				NRP A. CABRAL	CFR Correia Andrade	13-Abr-2004	8-Jun-2004	Port. 778/2005, de 22JUL		
				NRP C. REAL	CFR Mendes Calado	15-Jun-2005	4-Jul-2005	Port. 384/2006 (2ª série), de 2FEV		
				NRP V. GAMA	CMG Silvestre Correia	24-Fev-2006	9-Mar-2006			
				NRP V. GAMA	CMG Gouveia e Melo	26-Mai-2008	08-Jun-2008			
ACTIVE ENDEAVOUR	COMBATE AO TERRORISMO	STROG	NATO	NRP V. GAMA	CFR Pereira da Cunha	10-Mar-2003	17-Mar-2003	Port. 292/2003, de 8ABR		

OPERAÇÃO	MISSÃO	LOCAL	ÂMBITO	UNIDADES	CTE	INÍCIO MISSÃO	FINAL MISSÃO	DIRECTIVA / INSTROP / DOCUMENTO	EFFECTIVOS (O-S-P/Tot)
ISAF	APOIO SANITÁRIO À POPULAÇÃO	AFEGANISTÃO	NATO	-	-	26-Fev-2002	24-Abr-2002	Port. 161/02, 22FEV Res. CS/1386, 20DEZ91	1 Enfº Mestre + 1 Socorrista
OPERAÇÃO PERA	MISSÃO HUMANITÁRIA	PAQUISTÃO	NATO	-	2TEN MN Filipa Albergaria	27-Dez-2005	10-Jan-2006	Portaria nº 1226/2005 (2ª série), de 17NOV	01 Of (Médica) + 01 Enfº
EUFOR RD CONGO	SUPPORT UN MISSION FOR ELECTIONS IN RD CONGO	R.D. CONGO	UE/ONU	SO TU (DAE / PELREC)	CTEN FZ Fernandes Fonseca	14-Jul-2006	2-Dez-2006	Port. 1078/2006 (2ª Série) de 20 de Junho (D. R. II Série, 128/05JUL)	33 Militares
UNIFIL	MANUTENÇÃO DE PAZ	LÍBANO	ONU	-	1TEN Silva Barata	29-Fev-2008	13-Jun-2008	Res. CS/425, 19MAR78 Res. CS/426, 19MAR78 Res. CS/1701, 11AGO06	1 Militar no EM do Comando da Maritime Task Force
					1TEN Gama Franco	13-Jun-2008	28-Set-2008		
					CTEN Costa Cabral	28-Set-2008	5-Dez-2008		
					CTEN Santos Jorge	5-Dez-2008	28-Fev-2009		
ISAF - OMLT	APOIO AO ANA (AFGANISTAN NATIONAL ARMY)	AFEGANISTÃO	NATO	-	CTEN FZ Santos Formiga	5-Mai- 2008	Out-2008	Res. CS/1386, 20DEZ01 Res. CS/1833, 22SET08	3 Oficiais e 2 Sargentos
					CTEN FZ Neves Varela	Nov-2008	(em curso)		
EU-SSR	APOIAR A REFORMA NO SECTOR DA SEGURANÇA	GUINÉ-BISSAU	UE	-	CMG Fernandes Carvalho	Jun-2008	(em curso)	Port. 740/2008 (DR. II Série, nº155, 12AGO08)	1 Oficial em apoio à missão
EUFOR TCHAD/RCA	MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO	CHADE/REP. CENTRO AFRICANA	EU	-	1TEN Vieira Serra	27-Jul-2008	(em curso)	Port. 229/2008, 05MAR	1 Oficial no QG da Operação em Paris
EUNAVFOR SOMÁLIA – OPERAÇÃO ATALANTA	COMBATE À PIRATARIA	SOMÁLIA E GOLFO DE ADEM	UE	-	1TEN Sanches	12-Dez-2008	(em curso)	Res. CS 1814/2008 Res. CS 1816/2008 Res. CS 1838/2008 Res. CS 1846/2008 Port. 190/2009 (DR. II Série, nº28, 10FEV09)	1 Oficial no Comando da Força embarcado

Fontes: EMA – DIV. OPERAÇÕES; Henrique Castanheira, Súmula N.º 91, DGPDN, 2005

A PRESENÇA DA MARINHA EM TIMOR

OPERAÇÃO	DOCUMENTO	TIPO MISSÃO	O.I.	FORÇA	EFFECTIVOS	LOCAL	DATA		INTEGRAÇÃO			DESINTEGRAÇÃO	
							PARTIDA	CHEGADA	FORÇA	DATA	LOCAL	DATA	LOCAL
INTERFET	Port. 908/99, de 14OUT	IMPOSIÇÃO DA PAZ	ONU	NRP VASCO DA GAMA	184	TIMOR	Set-99	Mar-00					
	Port. 20/2000, de 25JAN	ESTABILIZAÇÃO DA PAZ		NRP H. CAPELO			Jan-00	Jul-00					
UNTAET	Res. CS/1272, de 25OUT99	MANUTENÇÃO DA PAZ	ONU	CF 22	150	DÍLI LIQUIÇÁ	Fev-00	Ago-00				Set-00	RI 15 (Tomar)
	Port. 59/2000, de 12FEV			CF 23	150	LIQUIÇÁ SAME	Ago-00	Fev-01	2º BIPara/BAI	Jul-00	AMSJ (Aveiro)	Abr-01	AMSJ (Aveiro)
	Port. 458/2001, de 8MAI			CF 21	151	SAME	Fev-01	Out-01	2º BI/BLI	Nov-00	RI 14 (Viseu)	Out-01	RI 14 (Viseu)
UNTAET UNMISSET	Res. CS/1410, de 17MAI02	MANUTENÇÃO DA PAZ / CONSOLIDAÇÃO DA PAZ	ONU	CF 22	130	SAME LIQUIÇÁ	Out-01	Jun-02	1º BI/BLI	Mar-01 Mai-01		Jul-02	QG BLI (Coimbra)
UNMISSET		CONSOLIDAÇÃO DA PAZ	ONU	CF 23	150	LIQUIÇÁ GLENO	Jun-02	Jan-03	2º BIPara/BAI/CTAT	Fev-02	AMSJ (Aveiro)	Fev-03	AMSJ (Aveiro)
				CF 21	150	LIQUIÇÁ GLENO BAUCAU	Jan-03	Jul-03	1º BIMEC	Nov-02	STª MARGARI DA	Ago-03	STª MARGARI DA
				CF 22	150	BAUCAU	Jul-03	Jan-04	AGR F/BLI	Abr-03	RI 19 (Chaves)	Fev-04	RI 19 (Chaves)
				CF 23	111	BAUCAU	Jan-04	Jun-04	AGR H/BLI	Out-03	RI 13 (Vila Real)	Jun-04	Coimbra

Fonte: EMA – DIV. OPERAÇÕES

ANEXO 2: O EXÉRCITO EM MISSÕES DE PAZ

(Loureiro, 2010)

Quadro 1: Empenhamento do Exército em Moçambique³⁷

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
ONUMOZ	QG/ONUMOZ	4	0	0	4	04Abr93	10Out94	
	BTm 4	25	138	296	459	04Mai93	29Jul04	TCOR José Castro
						30Mai94	22Dec94	TCOR João Leitão
	TOTAL	29	138	296	463			

Fonte: Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército (SCMA/GabCEME)

Quadro 2: Empenhamento do Exército em Angola³⁸

MISSÃO	FORÇAS	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
UNAVEM III	CTm 5	23	72	96	191	26Mai95	27Dec96	MAJ Joaquim Stone
						11Dec96	01Jul97	MAJ Carlos Chambel
	CLog 6	37	77	255	369	28Jul95	08Abr97	MAJ Manuel Prelhaz
						08Abr97	30Jun97	MAJ António Leitão
QG/UNAVEM III	18	19	0	37	01Abr95	30Jun97		
MONUA	CTm 5	16	58	72	146	01Jul97	27Nov97	MAJ Carlos Chambel
						19Nov97	26Out98	MAJ Ricardo Costa
	CLog 6	23	64	188	275	30Jun97	27Jul98	MAJ António Leitão
						31Ago97	20Abr98	TCOR José Ramos
						DSan 7	27	34
	30Jul98	25Set98	TCOR Abílio Gomes					
QG/MONUA	8	8	0	16	01Jul97	05Jan99		
TOTAL	152	332	654	1138				

Fonte: SCMA/GabCEME

³⁷ Não estão contabilizados os militares que fizeram parte da COMIVE, que actuou antes da assinatura do Acordo Geral de Paz. Nem os militares que integraram a Comissão de Supervisão e Controlo, criada para garantir a implementação do processo de paz e que tinha na sua dependência as seguintes comissões: Comissão de Cessar-Fogo, Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas da Defesa de Moçambique e Comissão de Reintegração dos Militares Desmobilizados.

³⁸ Não estão contabilizados os militares que integraram a Missão Temporária de Portugal junto das estruturas do processo de paz em Angola e que participaram nas diversas comissões que dependiam da Comissão Conjunta Político Militar (CCPM). Os efectivos referentes aos QG incluem os militares da Polícia do Exército. Na MONUA, a retirada dos militares da Polícia do Exército ocorreu a 05 de Junho de 2000.

Quadro 3: Empenhamento do Exército na Bósnia Herzegovina

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
IFOR	2º BIAT	30	105	543	678	29Jan96	12Ago96	TCOR Pedro Ferreira
	QG E DAS	24	35	188	247	16Jan96	20Dec96	
	3º BIAT	33	109	588	730	12Ago96	20Dec96	TCOR Fernando Saraiva
SFOR	3º BIAT	23	63	224	310	20Dec96	10Fev97	TCOR Fernando Saraiva
	1º BIMoto	29	63	244	336	10Fev97	30Jul97	TCOR Carmelindo Mesquita
	2º BIMoto	30	63	230	323	30Jul97	14Jan98	TCOR Artur Monteiro
	1º BIAT	36	68	245	349	14Jan98	15Jul98	TCOR Joaquim Cuba
	Agr Alfa	34	67	223	324	15Jul98	12Jan99	TCOR Alberto Nunes
	3º BIMoto	32	69	225	326	12Jan99	10Jul99	TCOR António Nunes
	2º BIPara	30	65	233	328	10Jul99	31Jan00	TCOR António Martins
	Agr Conj Alfa	22	47	138	207	31Jan00	29Jul00	TCOR João Moura
	2º BIMec	30	68	226	324	29Jul00	28Jan01	TCOR Marco Serronha
	Agr Echo	30	72	214	316	28Jan01	29Jul01	TCOR António Menezes
	1º BIPara	30	62	259	351	29Jul01	29Jan02	TCOR António Martins
	2º BIMec	29	58	236	323	29Jan02	30Jul02	TCOR Isidro Pereira
	2º BI	29	58	236	323	30Jul02	30Jan03	TCOR Jorge Almeida
	MNBG	23	9	3	35	05Jan03	02Dec04	
	1º BIPara	25	57	195	277	30Jan03	30Jul03	TCOR César Fonseca
	Agr Golf	26	57	192	275	30Jul03	24Jan04	TCOR Luís Fonseca
	3º BIPara	26	57	193	276	24Jan04	23Jul04	TCOR Jorge Prazeres
2º BIMec	26	57	192	275	23Jul04	02Dec04	TCOR João Duarte	
EUFOR	C. PRT ³⁹ (BMI)	26	57	192	275	02Dec04	13Jan05	TCOR João Duarte
	QG e Outros	56	26	4	86	02Dec04		
	C. PRT (BAI)	16	44	125	185	13Jan05	30Jun05	TCOR Carlos Pereira
	C. PRT (BrigInt)	22	45	128	195	30Jun05	15Jan06	TCOR Carlos Moreno
	C. PRT (BrigMec)	23	45	129	197	15Jan06	22Jul06	TCOR Rui Ferreira
	1º BI/BrigInt	17	40	115	172	22Jul06	24Mar07	TCOR Joaquim Sabino
TOTAL		757	1556	5720	8043			

Fonte: SCMA/GabCEME

³⁹ Componente portuguesa.

Quadro 4: Empenhamento do Exército no Kosovo

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
KFOR	QG e Outros	55	22	6	83	07Jul99		
	DOE	8	27	17	52	07Jul99	16Ago01	
	Agr Bravo	32	75	197	304	09Ago99	11Fev00	TCOR José Calçada
	Agr Charlie	31	72	193	296	11Fev00	11Ago00	TCOR António Teixeira
	Agr Delta	32	74	192	298	11Ago00	31Mai01	TCOR José Banazol
	2º BI	30	57	212	299	16Fev05	16Set05	TCOR Carlos Beleza
	BIPara	30	57	212	299	16Set05	16Mar02	TCOR José Sobreira
	1º BIMec	36	67	197	300	16Mar06	19Set06	TCOR Eduardo Ferrão
	1º BIPara	31	57	212	300	19Set06	22Mar07	TCOR Álvaro Silva
	2º BIMec	29	56	204	289	22Mar07	22Set07	TCOR Paulo Pereira
	2BI	29	56	205	290	22Set07	19Mar08	TCOR João Magalhães
	1BIPara	29	56	205	290	19Mar08	25Set08	TCOR Paulo Pedro
Agr Mike	29	56	205	290	25Set08		TCOR Jocelino Rodrigues	
	TOTAL	401	732	2257	3390			

Fonte: SCMA/GabCEME

Quadro 5: Empenhamento do Exército em Timor-Leste

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
UNTAET	QG e Outros	66	34	27	127	14Fev00	20Mai02	
	1º BIPara	41	97	415	553	14Fev00	14Ago00	TCOR José Simões
	2º BIPara	41	102	408	551	14Ago00	21Fev01	TCOR João Marquilhas
	2º BI	46	122	529	697	21Fev01	08Out01	TCOR Fernando Figueiredo
	1º BI	45	113	553	711	08Out01	08Jun02	TCOR José Sousa
UNMISSET	QG e Outros	23	8	5	36	20Mai02	20Mai05	
	2º BIPara	37	84	374	495	08Jun02	23Jan03	TCOR Nuno Silva
	1º BIMec	35	82	374	491	23Jan03	23Jul03	TCOR Eugénio Henriques
	Agr Foxtrot	36	83	373	492	23Jul03	25Jan04	TCOR Artur Brás
	Agr Hotel	32	78	273	383	24Jan04	11Jun04	TCOR Francisco Sousa
	TOTAL	402	803	3331	4536			

Fonte: SCMA/GabCEME

Quadro 6: Empenhamento do Exército no Afeganistão

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
ISAF VIII	QG e Outros	11	6	1	18	27Fev02		
	CCmds	14	44	99	157	10Ago05	18Fev06	TCOR Luís Moreira
	CCmds	14	44	99	157	18Fev06	28Ago06	TCOR Pedro Soares
ISAF IX	2º BIPara	13	36	100	149	28Ago06	28Fev07	TCOR Paulo Pedro
ISAF X	2CCmds	12	41	97	150	28Fev07	28Ago07	TCOR Paulo Pereira
	22ªCAI/2ºBIPara	13	37	100	150	28Ago07	28Fev08	TCOR David Correia
ISAF XI	1CCmds	12	41	97	150	28Fev08	13Ago08	TCOR Carlos Bartolomeu
	TOTAL	89	249	593	931			

Fonte: SCMA/GabCEME

Quadro 7: Empenhamento do Exército no Líbano

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM	COMANDANTES
		O	S	P	TOTAL			
UNIFIL	QG e Outros	4	2	-	6	24Nov06		
	CEng/BrigMec	12	37	92	141	25Nov06	25Mai07	TCOR Firme Gaspar
	CEng/RE 1	12	37	92	141	25Mai07	27Nov07	TCOR José Santos
	UnEng 3	12	37	92	141	27Nov07	29Mai08	TCOR Manuel Carvalho
	UnEng 4	12	36	92	140	29Mai08	29Nov08	TCOR Jorge Caetano
	UnEng 5	12	36	92	140	29Nov08		TCOR António Pereira
	TOTAL	64	185	460	709			

Fonte: SCMA/GabCEME

QUADRO 8: QUADRO RESUMO DE OUTRAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS

MISSÃO	LOCAL	ACTIVIDADE	EFFECTIVO	INÍCIO	FIM
APOIO À FORMAÇÃO E INSTRUÇÃO⁴⁰					
ONUCI	Costa do Marfim	Ministrar instrução a Quadros	1	19Mar04	17Abr04
ONUB	Moçambique	Ministrar instrução a Quadros	1	14Jun04	18Jun04
NTM-I	Iraque	Apoio em treino e assistência técnica	57	26Fev05	
AMIS-II	Sudão	Planeamento e Operações Logísticas	1	27Jul05	30Nov06
ISAF XI	Afeganistão	Apoio a treino e <i>mentoring</i> ⁴¹	32	05Mai08	
OPERAÇÕES DE RECOLHA DE CIDADÃOS NACIONAIS					
FORREZ	Zaire	Apoio à recolha de cidadãos	37	06Mai97	30Mai97
FORREC	R. D. Congo	Apoio à recolha de cidadãos	10	19Ago98	01Set98
FORREG	Guiné-Bissau	Recolha de cidadãos	66	08Jun98	19Jun98
RI 15	Guiné-Bissau	Recolha de cidadãos	19	10Fev99	10Fev99
OUTRAS PARTICIPAÇÕES					
AFOR	Albânia	Apoio aos refugiados kosovares	5	12Abr99	03Set99
EUROFOR	Albânia	Responsável por operações OTAN na Albânia	11	01Nov00	02Abr01
FPA ⁴²	RD Congo	Estabilizar as condições de segurança	2	21Jul03	25Set03
TF Harvest	Macedónia	Colaborar em acções de desarmamento	5	27Ago01	03Out01
TF Fox	Macedónia	Garantir protecção aos observadores internacionais	18	12Out01	17Dec02
Allied Harmony	Macedónia	Garantir protecção aos observadores internacionais	6	17Dec02	31Mar03
EUROFOR	Macedónia	Garantir protecção aos observadores internacionais	20	31Mar03	15Dec03
		TOTAL	291		

Fonte: SCMA/GabCEME

⁴⁰ Não directamente relacionada com os projectos de cooperação.

⁴¹ O *mentoring* designa as actividades desenvolvidas por uma pessoa (o mentor) em proveito de outra (o *mentee*) de forma a ajudar este a executar o seu trabalho de uma forma mais eficiente ou a progredir na sua carreira. O mentor deverá ser experiente no tipo de situações em que vai influenciar o seu *mentee*, podendo usar várias ferramentas para o conseguir como sejam o treino, a discussão, o aconselhamento etc.

⁴² Força Provisória de Assistência.

ANEXO C: A FORÇA AÉREA PORTUGUESA EM MISSÕES DE PAZ

(Durães e Eugénio, 2010)

DESIGNAÇÃO	TIPO	LOCAL TO	PERÍODO	ANO	COMANDO	AERONAVE	PESSOAL	RESULTADOS
Participação na NAEWF	Detecção Aérea Antecipada	Geilenkirshen, Alemanha	1984-	1984 -	OTAN	E-3A (NATO)	21 Militares	-
Ponte Aérea	Ajuda Humanitária	Rep. Dem. S. Tomé e Príncipe (RDSTP)	-	1987	Portugal	C-130	60 Militares	104.878 kg CARGA
Ajuda a Marrocos	Transporte Especial	Marrocos	17Nov1987	1987	Portugal	C-212 Aviocar	Tripulação de 4 militares	-
Apoio a São Tomé e Príncipe	Cooperação (Transporte, Busca e Salvamento, Ligação, Evacuação Sanitária)	São Tomé	Nov1988- Fev2008	1988-2008	Portugal	C-212 Aviocar	7 Militares	2942 Missões, incluindo 261 evacuações, num total de 1440 doentes. 45834 Passageiros.
Ajuda a Cabo Verde	Transporte de VIPs	Cabo Verde	18Jan1990- 30Jan1990	1990	Portugal	C-130	23 Militares	618 Passageiros e 125.254 kg de carga.
Apoio a São Tomé e Príncipe	Cooperação com São Tomé e Príncipe	São Tomé	Jan90	1990	Portugal	C-130	-	-
Transporte de Refugiados	-	Golfo Pérsico	16Fev90- 23Fev90	1990	Portugal	C-130	-	-
Apoio a São Tomé e Príncipe	Transporte	São Tomé e Príncipe	27Jev90- 30Jun90	1990	Portugal	C-130	-	-
Apoio ao Egipto (Operação Desert Shield)	Evacuação de Refugiados	Egipto e Jordânia	22Set1990- 07Out1990	1991	Portugal	C-130	14 Militares (duas tripulações, incluindo manutenção)	121 Toneladas e 2794 refugiados
Operação Desert Shield	Transporte de Refugiados e Material	Iraque	21Nov90- 28Nov90	1990	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Angola	Cooperação com a República Popular de Angola	Angola	03Dez00- 08Dez90	1990	Portugal	C-130	-	-
Operação Desert Storm	-	Iraque	16Jan91- 23Fev91	1991	Coligação	C-130	-	-

Operação Provide Confort	Ajuda Humanitária	Turquia e Norte do Iraque	ABR-JUL	1991	ONU	C-130	-	41.676 kg CARGA, 96 PAXS
Apoio a Angola	Transporte	Angola	22JUN91-26JUN91	1991	Portugal	C-130	-	-
Operação Blue Beam	Resgate cidadãos europeus	Ex-Zaire (actual R.D.Congo)	SET-OUT	1991	Coligação	C-130	5 elementos do Corpo de Tropas Pára-quedistas	173.400 kg CARGA, 1.680 PAXS
Busca ao Navio Mercante Bolama	Busca e Salvamento	Cabo-Verde	-	1991	Portugal	P-3P	-	-
Apoio a Angola	Transporte de Material	Angola	01SET91-06SET91	1991	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Moçambique	Transporte	Moçambique	08SET91-15SET91	1991	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Moçambique	Transporte	Moçambique	25SET91-13OUT91	1991	Portugal	C-130	-	-
Operação Esperança	Ajuda Humanitária	Moscovo	07FEV92-13FEV92	1992	Portugal	C-130	-	-
Resgate de Nacionais	Transporte	Mali	06ABR92-07ABR92	1992	Portugal	C-130	-	-
-	Ajuda Humanitária	Ex-Jugoslávia	-	1992 e 1993	Portugal	C-130	-	103.090 kg CARGA, 263 PAXS
Apoio a Moçambique	Transporte	Moçambique	07SET92-12SET 92	1992	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Moçambique	Transporte	Moçambique	09OUT92-19OUT92	1992	Portugal	C-130	-	-
Operação Resgate	Ajuda Humanitária (Apoio e resgate de cidadãos nacionais)	Angola	30OUT92 A 16NOV92	1992	Portugal	C-130	-	501.875 kg CARGA, 6.212 PAXS
Operações Maritime Monitor	Controle do Mar ("Enforcement of Sanctions")	Adriático	28JUL92-22NOV92	1992	OTAN	P-3P	-	-

Operação Maritime Guard	Controle do Mar ("Enforcement of Embargo")	Adriático	23NOV92-15JUN93	1992 e 1993	OTAN	P-3P	-	-
Acordos CFE - Roménia	Controle de Armamento Europa de Leste	Roménia	17-20OUT	1992	OSCE	-	Maj PILAV Samuel Cóias, Maj PILAV Carlos Gromicho e Cap PIL José Azevedo	-
Operação Sharp Guard	Controle do Mar ("Enforcement of Sanctions" "Embargo" e "Bloqueio Naval ao Montenegro")	Adriático	16JUN93-DEZ95	1993, 1994 e 1995	OTAN	P-3P	-	-
Apoio	Transporte	Bósnia	-	1993, 1994 e 1995	Portugal	C-130	-	-
Resgate de Nacionais	Transporte	Congo	29JAN93-03FEV93	1993	Portugal	C-130	-	-
-	UNPROFOR	Ex-Jugoslávia	JAN93-JAN94	1993 e 1994	ONU	-	1 Militar (Cap TODCI Raúl Manuel Simões Dias)	-
Apoio a Angola	Transporte	Angola	07ABR93-18ABR93	1993	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Angola	Transporte	Angola	19ABR93-21ABR93	1993	Portugal	C-130	-	-
Apoio a França	Transporte	Bósnia	-	1993 e 1994	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Angola	Transporte	Angola	23JUN93-26JUN93	1993	Portugal	C-130	-	-
Apoio a Angola	Transporte	Angola	26JUN93-05JUL93	1993	Portugal	C-130	-	-
-	Evacuação sanitária	Angola	22OUT93-26OUT93	1993	Portugal	C-130	-	21 Passageiros cabo-verdianos, 100 portugueses e 2 brasileiros

Apoio a Angola	Transporte	Angola	NOV-93	1993	Portugal	C-130	-	-
Apoio à Guiné-Bissau	Transporte	Guiné-Bissau	01FEV94-03FEV94	1994	Portugal	C-130	-	-
Apoio ao Destacamento Português	Transporte	Moçambique	31MAR94-12ABR94	1994	Portugal	C-130	-	-
Apoio a São Tomé e Príncipe	Transporte	São Tomé	06ABR94-12ABR94	1994	Portugal	C-130	-	-
Apoio à Guiné-Bissau	Transporte	Guiné-Bissau	08JUL94-20JUL94	1994	Portugal	C-130	-	-
Operação Turquesa	Ajuda Humanitária	Ruanda	21JUL-06AGO	1994	França	C-130	13 militares	144,5 Toneladas
Apoio à Guiné-Bissau	Transporte	Guiné-Bissau	06DEZ94-07DEZ94	1994	Portugal	C-212 Aviocar	-	-
Apoio a Cabo Verde	Transporte	Cabo Verde	11ABR95-12ABR95	1995	Portugal	C-130	-	-
Operação Decisive Enhancement	Mostrar Presença	Adriático	DEZ95-01FEV96	1995 e 1996	OTAN	P-3P	72 Militares (Tripulação e Manutenção)	50 Pessoas salvas
IFOR	Apoio Logístico	Bósnia-Herzegovina	-	1996	Portugal	C-130	-	891.000 KG CARGA, 4.449 PAXS
SFOR	Apoio Logístico	Bósnia-Herzegovina	-	1997-2003	Portugal	C-130	-	2.908.545 KG CARGA, 12.355 PAXS
Operação Joint Endeavour	Apoio à IFOR Unidade de Controlo Aerotático (TACP)	Bósnia-Herzegovina	08MAR96-24DEZ96	1996	OTAN	-	24 Militares (3x8)	246 Guiamentos diurnos e nocturnos (incluindo 3 Air Presence reais).
UNAVEM III	-	Angola	-	1996	ONU	-	4 Oficiais	-
Operação Decisive Endeavour	Apoio aero-transportado	Bósnia-Herzegovina e Croácia	15JAN1996 (4 Meses)	1996	OTAN	C-212 Aviocar	5 Militares	79 Passageiros e 1100 Kg de carga.
-	Evacuação sanitária	Sarajevo	JUL-96	1996	Portugal	Falcon 50	3 Militares	2 Doentes
Apoio a Angola	Transporte	Angola	04JUL97	1997	Portugal	C-130	-	-
Operação Alba	Ajuda Humanitária	Albânia	11JUN97-06JUL97	1997	Portugal	C-130	-	-

Operação Deliberate Guard	Apoio à SFOR, Apoio Aéreo Próximo	Bósnia-Herzegovina	01-DEZ-97	1997	OTAN	F-16	-	-
Apoio à Guiné-Bissau	Transporte	Guiné-Bissau	22-DEZ-97	1997	Portugal	C-130	-	-
Operação FOREZ	Evacuação de Cidadãos Nacionais	Zaire	06ABR98-28ABR98	1998	Portugal	C-130	-	-
Operação Falcão (FORREG)	Evacuação de cidadãos nacionais e estrangeiros, Movimento da retaguarda para o TO do Comando e Estado-Maior da Força e da Componente Terrestre, Transporte Logístico, Ajuda Humanitária.	Dakar, Cabo Verde e Guiné-Bissau	08JUN1998-25JUL1998	1998	Portugal	C-130	-	2035 Passageiros; 213 toneladas de carga.
Operação Falcão (FORREG)	Controle do Mar	Guiné-Bissau	26JUN98-03JUL98	1998	Portugal	P-3P	-	-
Operação Falcão (FORREG)	Transporte de VIPs	Cap Skirring (Senegal)	28JUN98-29JUN98	1998	Portugal	Falcon 50	-	-
KFOR	Apoio Logístico	Kosovo		1999 a 2002	Portugal	C-130	-	541.273 KG CARGA, 4.074 PAXS
Operação Allied Force	-	Sérvia	13OUT1998-28JUN1999	1998 a 1999	OTAN	F-16	58 Militares (8 pilotos e 50 manutenção) por destacamento	-
Operação "Pré-Tarrafo"	Pré-posicionamento	Cabo-Verde	03FEV99-14FEV99	1999	Portugal	P-3P	-	-
Apoio à KFOR	Unidade de Controlo Aerotático (TACP)	Kosovo	08JUL99-31JAN02	1999 a 2002	OTAN	-	40 Militares (14x7)	192 Missões de treino operacional de Apoio Aéreo Próximo, 370 guiamientos diurnos e nocturnos.
Apoio à Turquia	Transporte	Turquia	20AGO99-23AGO99	1999	Portugal	C-130	-	-

UNTAET	Apoio à UNTAET/PKF	Timor-Leste e Austrália	01FEV2000-20JUN00	2000	ONU	C-130	24 Militares	892 Passageiros e 105 toneladas de carga (até 04ABR2000).
UNTAET/UNMISSET/PO RAVN	Transporte VIP, Transporte Tático, Evacuação Médica, Evacuação Aérea em Zona de Combate, Transporte Geral, Busca e Salvamento, Observação e Monitorização de Fogos	Timor-Leste	7FEV2000-31JUL2002 (?)	2000, 2001 e 2002	ONU	ALIII	Equipas de 31 militares	37.800 kg, 11671 passageiros, 19 doentes e ou feridos
Operação Save	Ajuda Humanitária	Moçambique	05MAR00-05ABR00	2000	Portugal	C-130	-	459.565 KG CARGA, 403 PAXS
Apoio à ISAF	Apoio à ISAF	Afganistão	26FEV-23ABR	2002	OTAN	-	3 Militares FAP	-
Operação FINGAL	Apoio à ISAF	Afganistão	07ABR-??JUL	2002	OTAN	C-130	16 Militares (7 Tripulantes e 9 de Manutenção)	244.829 KG CARGA, 183 PAXS
Operação "Active Endeavour"	Controle do Mar	Mar Mediterrâneo	2003 a 2008	2003 a 2008	OTAN	P-3P	-	-
Operação Distante Vimar	Cooperação (Vigilância Marítima)	Águas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	01JUL03-08JUL03	2003	Portugal	P-3P	24 (15 Tripulação e 9 Manutenção)	-
Apoio ao Irão	Ajuda Humanitária	Irão	DEZ	2003	Portugal	C-130	-	79.300 kg CARGA, 222 PAXS
Apoio às vítimas do sismo em Al Hoceima	Ajuda Humanitária	Marrocos	25FEV	2004	Portugal	C-130	-	33 Elementos do SNBPC e da GNR com cães e seis toneladas de carga diversa
Apoio às vítimas do sismo em Al Hoceima	Ajuda Humanitária	Marrocos	27FEV	2004	Portugal	C-130	-	4 Elementos do INEM
-	Apoio Logístico	Iraque (Talil)	MAR-NOV	2004	Portugal	C-130	-	122.883 kg CARGA, 1.722 PAXS
Apoio à ISAF	Apoio à ISAF	Afganistão	26MAI-	2004	OTAN	-	10 Militares OPCART, OPSAS e OPMET	-

Operação Distante Vimar	Cooperação (Vigilância Marítima)	Águas de Cabo Verde e Guiné-Bissau	26MAI - 02JUN	2004	Portugal	P-3P	24 (15 Tripulação e 9 Manutenção)	-
ISAF	Peace Enforcement (UN Chapter VII)	Afeganistão	19JUL-03JUL	2004-2005	OTAN	C-130	Tripulação 7 elementos por voo, 5 apoios de manutenção, 2 informações/operações, 1 HQ - ALCC, 1 Cmdt. do destacamento	837.040 kg CARGA, 8.593 PAXS
Open Skies	Vigilância	Rússia	19MAI-31MAI	2005	OSCE	C-130	-	
Open Skies	Vigilância	Rússia	19MAI-31MAI	2005	OSCE	C-130	-	
ISAF	Comando do KAIA (ISAF)	Afeganistão	01AGO-01DEZ	2005	OTAN	-	33 Militares FAP	-
ISAF	Peace Enforcement/KEAPING	Afeganistão	JUL 2005/AGO 2008	2005-2008	Coligação	-	52 Militares (rotações de 3 a 4 meses de 7 elementos com 2 FACs 2OP. COMs, 2OP sistemas e 1 MEC RADIO)	Cerca de 1000 controlos tácticos e formação de cerca de 100 elementos pelo TACP português
Apoio à ISAF	Apoio à ISAF	Afeganistão	11DEZ-ABR	2005-2006	OTAN	-	8 Militares	-
Apoio à Argélia	Ajuda Humanitária	Argélia	FEV	2006	ACNUR	C-130	-	8.800 kg CARGA
EUFOR, República Democrática do Congo	Peace Enforcement (UN Chapter VII)	R.D. Congo	15JUL - 30NOV	2006	EUFOR	C-130	Tripulação: 7 Apoios de manutenção: 7, informações/operações: 2, UNITREP no JFACC: 1, NSE: 1 DAE: aprox. 25 fuzileiros	341.230 kg CARGA; 1319 PAXS
World Food Program	Ajuda Humanitária e resgate de europeus	Líbano	JUL - AGO	2006	ONU	C-130	1 Tripulação (7 elementos)	92.035 kg, 122 Pax
ISAF	Apoio à ISAF	Afeganistão	16-18 Abril 2007	2007	OTAN	Falcon 50	1 Tripulação	TPT 1 DOE

ISAF	Apoio à ISAF	Afeganistão	27-29 Agosto 2007	2007	OTAN	Falcon 50	1 tripulação	TPT 1 DOE
Operação "NAUTILUS 2007"	Imigração Ilegal	Mar Mediterrâneo	17 a 23 SET	2007	EU	P-3P	-	-
Baltic Air Policing	Vigilância	Lituânia	01Nov-15Dez	2007	OTAN	F-16	Cerca de 72 Militares, incluindo todos os pilotos de ambas as Esquadras + 6 controladores de defesa aérea	-
ISAF	Apoio à ISAF	Afeganistão	25-26 Novembro 2007	2007	OTAN	Falcon 50	1 Tripulação	TPT 1 militar falecido
EUFOR - Tchad	Destacamento e sustentação forças EUFOR	Chade	16MAR-18MAI	2008	EUFOR	C-130	29 Militares x 2 rotações (8 tripulantes + 8 apoios de manutenção + 2 operações + 2 FP + 3 CIS + 1 PIO + 1 DETCOM + 1 UNIT REP + 1 LOG OF + 2 APOIO MÉDICO	377.000 Kg;1024 Pax
ISAF	Peace Enforcement	Afeganistão	AGO-DEZ	2008	OTAN	C-130	40 Militares em cada um dos três destacamentos	60 Acções aéreas no JOA; 282.060; kg 3.127 Pax; 1 DOE

ANEXO D: A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM MISSÕES DE PAZ

(Elias, 2010)

ANO	PAÍS	ORGANIZAÇÃO	MISSÃO	POSTO			TOTAL
				OFICIAL	CHEFE	AGENTE	
1995-2002	Bósnia	ONU	UNMIBH / IPTF	19	123	122	264
1992-1995	Bósnia	ONU	UNPROFOR	8	124	26	158
1994-1996	Bósnia	UEO	MOSTAR	4	16	2	22
2003-2006	Bósnia	U.E.	EUPM	3	6	10	19
1997-2001	Albânia	UEO	MAPE	6	5		11
1998-2004	Croácia	OSCE	OSCE	1	6		7
1999	Kosovo	OSCE	OSCE	1	11	3	15
1999	Kosovo	OSCE	VIENA	1			1
1999-2006	Kosovo	ONU	UNMIK	5	31	35	71
2008-	Kosovo	U.E.	EULEX	1		13	14
1999-2004	Kosovo	OSCE	ACADEMIA	1	2		3
1999	Jugoslávia	OSCE			2		2
1999-2003	Macedónia	OSCE	OSCE		1		1
2003-2005	Macedónia	U.E.	EUPOL / PROXIMA	1	1		2
1995	Bósnia	OSCE	ELEIÇÕES	4	5		9
1995	Bósnia	ONU	ELEIÇÕES		2		2
2001-2004	Congo	ONU	MONUC	1	5		6
2005-2008	Congo	U.E.		6	5		11
1998-2002	Guatemala	ONU	MINUGUA	3	2		5
2004-2005	Haiti	ONU	MINUSTAH	1			1
1994	Moçambique	ONU	UNMOZ	8	20	32	60
1997-2002	Sahara Ocidental	ONU	MINURSO	5	7	6	18
2006-2008	Serra Leoa	ONU	UNIOSIL	3	1		4
1998-2000	Rep. Centro-Africana	ONU	MINURCA	1	1		2
2008	Chade / Rep. Centro Africana	ONU		6	2	10	18
1999-2009	Timor-Leste	ONU	UNTAET / UNMISSET / UNOTIL/UNMIT	16	52	55	123
				105	430	314	849

ANEXO E: A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA EM MISSÕES DE PAZ
(Cruz, 2010)

Observadores de Polícia

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	OPERAÇÃO	ANO	EFECTIVOS MILITARES		TOTAL
				OFICIAIS	SARGENTOS	
UEO	Roménia	DANÚBIO	1995	1	0	1
ONU	Angola	UNAVEM	1995-1996	31	0	31
		MONUA	1997-1999	62	31	93
	Timor	UNTAET	13 – 29 JAN 2000	2	0	2
		UNMISSET	2002-2003	3	8	11
		UNOTIL	2003-2006	1	0	1
	Libéria	UNMIL	2004- 2005	2	0	2
	Haiti	MINUSTAH	2004- 2005	3	1	4
	Costa do Marfim	UNOCI	2004- 2005	1	1	2
	República Democrática do Congo	MONUC	2003	0	2	2
OSCE	Macedónia	SKOPJE	2002-2003	2	0	2
UE	República Democrática do Congo	KINSHASA	2005-2006	2	0	2
	Macedónia	PRÓXIMA	2005	1	0	1
	Faixa de Gaza	(EUBAM) RAFAH	2005- 2007	1	2	3
	Bósnia Herzegovina	EUPM	2007-2008	2	0	2
	Palestina	EUCOPPS	2007-2008	1	0	1
	Kosovo	EULUX	2008- 2009	1	0	1
				116	45	161

Stability Police Unit

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	OPERAÇÃO	DATA	EFECTIVOS MILITARES			TOTAL
				OF	SARG	PRAÇ	
ONU	Timor-Leste	UNTAET	MAR00- JUN02	19	35	246	300
COLIGAÇÃO <i>Ad hoc</i>	Iraque	Antiga Babilónia	NOV03-FEV05	21	42	341	404
ACORDO BILATERAL	Timor-Leste	LAFAEK	JUN06 – AGO06	34	82	652	768
ONU		UNMIT	AGO06 – EM CURSO				
União Europeia	Bósnia Herzegovina	Missão Althea	FEV08 – EM CURSO	10	17	49	76
				84	176	1288	1548

ANEXO F: O ENVOLVIMENTO DE PORTUGAL EM MISSÕES DE OBSERVAÇÃO (ATÉ NOVEMBRO DE 2008)⁴³

(Carrico, 2010)

DESIGNAÇÃO DA MISSÃO	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL RESPONSÁVEL	TIPO DE MISSÃO	LOCAL	PERMANÊNCIA DE OBSERVADORES (INÍCIO-FIM)	EFFECTIVOS TOTAIS EMPENHADOS	CUSTOS ⁴⁴
UNOGIL	ONU	Supervisão de processo eleitoral	Líbano	11Jun58-9Dez58	5	
UNTAG	ONU	Supervisão de processo eleitoral	Namíbia	22Out89-11Nov89	3	
ONUMOZ	ONU	Apoio ao processo de paz e supervisão de processo eleitoral	Moçambique	19Dez90-4Out92	9	
EUMOZ	UE			4Abr93-20Out94	6	
				11Jun04-20Jun04	2	
UNAVEM II	ONU	Observação de cumprimento de Acordos, supervisão de processo eleitoral e estabilização regional	Angola	23Set92-26Set92	4	
UNAVEM III				1Mai95-30Jun97	8	
				1Jul97-7Jun99	5	
MONUA				10Jan97-10Fev99	4	
				7Mai02-1Out02	5 (2 pertencem à FAP)	
UNOMSA	ONU	Supervisão de processo eleitoral	África do Sul	15Abr94-30Abr94	5	
UNMOP	ONU	Monitorização de desmilitarização	Croácia (Prevlaka)	31Mar95-25Set01	5	
				15Jul02-16Fev04	2	
UNPREDEP	ONU	Missão preventiva de conflitos étnicos	Macedónia	3Jan96-17Mar99	3	
ONUB	ONU	Treino de observadores militares	Burundi	14Jun04- ...	4	

⁴³ Para um breve enquadramento ao nível do Direito Internacional sobre cada uma destas operações veja-se Estado-Maior do Exército. 2005. O Exército Português nos Caminhos da Paz: 1989-2005. Lisboa, pp. 98-161. Os organismos oficiais não dispõem de dados referentes ao número de observadores oriundos da FAP. Os dados recolhidos resultaram de pesquisas efectuadas com base no conhecimento pessoal.

⁴⁴ Só se referem os custos em que os observadores não foram inseridos para efeitos contabilísticos com outras forças nacionais em missão no mesmo teatro de operações.

UNOCI	ONU	Treino de observadores militares	Costa do Marfim	19Mar04-17Abr04	1	
UNMIL	ONU	Treino de observadores militares	Libéria	15Out03-15Nov03	1	
ECMM/EUMM	CE (Comunidade Europeia/União Europeia)	Monitorização de Acordo entre as partes		1Jul91-17Set01	25	
ICFY	CE e ONU	Monitorização de Acordo entre as partes		26Set94-4Dez94	1	
UNPROFOR	ONU	Protecção a populações de étnias minoritárias	Ex-Jugoslávia	1Jul91-11Ago96	35	
UNCRO	ONU	Monitorização de aeroportos Monitorização de Acordo		8Jan93-5Jan96 31Mar95-15Jan96	6 (pertencem à FAP) 5	
MINURSO	ONU	Observação do cumprimento de Acordo de cessar-fogo entre as partes, preparação de referendo	Sahara Ocidental	9Abr96-15Fev01	23 (dos quais 2 Chefes dos Observadores Militares entre 9 de Abril de 1996 e 1 de Setembro de 1997)	Ano de 1997 – 43.415 Ano de 1998 – 53.000 Ano de 1999 – 20.246 Ano de 2000 – 25.657 Ano de 2001 – 18.771 ⁴⁵
OSCE (Croácia)	OSCE	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes	Croácia	15Jul02-16Fev04	1	
OSCE (Georgia)	OSCE	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes	Geórgia	Mai04-Nov04	1	
UNMIK	ONU	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes	Kosovo	17Jul05-...	8	

⁴⁵ Ministério da Defesa Nacional; (1997, 1998, 1999, 2000, 2001); Anuário Estatístico da Defesa Nacional; respectivamente pg. 50, 48, 49, 54, e 59.

UNMISSET	ONU	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes	Timor-Leste	20Mai02-20Out05	9 (dos quais 3 Chefes dos Observadores Militares da UNMISSET entre 9 de Julho de 2002 e 1 de Maio de 2004, e um da FAP)	
UNOTIL		Apoio ao <i>nation-building</i>		12Jun05-...	6	
AMIS II	ONU	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes	Sudão	27Jul05-...	4	
TASK FORCE AMBER FOX	OTAN	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes e estabilização regional	Macedónia	Out01-Out02	6	
ALLIED HARMONY	OTAN	Observação do cumprimento de Acordo entre as partes e estabilização regional	Macedónia	Out02-Out03	6	
EUSEC	UE	Apoio à organização e supervisão de processo eleitoral	República Democrática do Congo	1Ago05-...	4	

Fontes: Caixas 1, 3 e 5 do Arquivo da Secção de Cooperação do GABCEME do Estado-Maior do Exército. Comando Operacional de Forças Terrestre